

Anulado acórdão que condenou advogado por desacato



OAB/MT consegue anulação de sentença da Vara Única de Guarantã do Norte e acórdão da Turma Recursal Única que condenaram advogado por desacato a servidora. **PAG 5**



Presidente da CAA/MT faz balanço da gestão e apresenta novos projetos

PAG 16



OAB/MT 80 anos estréia ano com circulação em Cáceres

PAGS 12 e 13

Assistência resulta em liberação de alvará

PAG. 4

ESA/MT: pós com Mackenzie será em maio

PAG. 11

DIRETORIA OAB/MT

Presidente:

Maurício Aude

Vice-presidente:

Cláudia Aquino de Oliveira

Secretário-Geral:

Daniel Paulo Maia Teixeira

Secretário-Geral Adjunto:

Ulisses Rabaneda dos Santos

Diretor-Tesoureiro:

Cleverson de Figueiredo Pintel

CONSELHEIROS FEDERAIS

Cláudio Stábil Ribeiro

Duílio Piato Junior

Francisco Eduardo Torres Esgaib

José Antonio Tadeu Guilhen

Márcio Frederico de Oliveira Dorileo

Oswaldo Pereira Cardoso Filho

CONSELHEIROS ESTADUAIS

Aarão Lincon Sicuto

Adalberto Lopes de Sousa

Alex Tocantins Matos

Alexandro Panosso

Alfredo José de Oliveira Gonzaga

Ana Lúcia Ricarte

Ana Lúcia Steffanello

Arnaldo Rauen Delpizzo

Breno Augusto Pinto de Miranda

Carlos Eduardo de Melo Rosa

Celito Lilliano Bernardi

Dainez Nogueira Moreira

Daniela Marques Echeverria

Darley da Silva Camargo

Dauto Barbosa Castro Passare

Dinara de Arruda Oliveira

Eder Roberto Pires de Freitas

Edilson Lima Fagundes

Eduardo Augusto Bordoni Manzeppi

Evandro Cesar Alexandre dos Santos

Fabiana Curi

Fabio Arthur da Rocha Capilé

Fabio Luis de Mello Oliveira

Fabio de Sá Pereira

Glaucio Rogério dos Reis Capistrano

Heitor Correa da Rocha

Humberto Affonso Del Nery

Itallo Gustavo de Almeida Leite

Ivo Matias

Jonas Coelho da Silva

José Carlos de Oliveira Guimarães Junior

José Sebastião de Campos Sobrinho

Julierme Romero

Luciana Castrequini

Luciano de Sales

Luiz Carlos Moreira de Negreiro

Luiz Carlos Rezende

Marcelo Geraldo Coutinho Horn

Maria Aparecida Alves de Oliveira Leite

Mauro Paulo Galera Mari

Murillo Barros da Silva Freire

Oswaldo Antonio de Lima

Paulo Sérgio Cirilo

Paulo Sérgio Gonçalves Pereira

Pedro Martins Verão

Raphael de Freitas Arantes

Ricardo Gomes de Almeida

Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araujo

Roger Fernandes

Rogério Luis Gallo

Ronimárcio Naves

Samir Badra Dib

Sandro Luis Costa Saggin

Selma Pinto de Arruda Guimarães

Silas do Nascimento Filho

Soraide Castro

Stalyn Paniago Pereira

Tadeu Mucio Galvão Marques Valim

Tânia Regina Ignoti Faiad

Valber da Silva Melo

Valdir Miquelin

Waldemar Pinheiro dos Santos

Wilson Roberto Maciel

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS

Presidente:

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-presidente:

Flaviano Kleber Taques Figueiredo

Secretário-Geral:

Helmut Flavio Preza Daltro

Secretária-Adjunta:

Ana Carolina Naves Dias Barchet

Tesoureiro:

Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores

Alberto da Cunha Macedo

Anderson Vatutin Loureiro Junior

Jose Antonio Gasparelo Junior

José Luiz de Aguiar Bojikian

Ruy Nogueira Barbosa

Conselho Fiscal

Herthon Gustavo Dias

Hugo Florêncio de Castilho

José Eduardo Polisel

Gonçalves

Enéas Correa de Figueiredo Júnior

Heleno de Figueiredo da Costa Marques

Mauren Lazaretti Aguiar

ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA (ESA/MT)

Bruno Oliveira Castro

Diretor Presidente

Dejango Riber Oliveira Campos

Diretor Adjunto

Fabiana Curi

Secretária

Welder Queiroz dos Santos

Secretário Adjunto

Marcelo Antonio Theodoro

Coordenador Pedagógico

Conselho Curador

Adriano da Silva Félix

Ana Lucia Ricarte

Breno Augusto Pinto de Miranda

Bruno Ferreira Alegria

Bruno Devasa Cintra

Daniela Marques Echeverria

Dauto Barbosa Castro Passare

Dinara de Arruda Oliveira

Geandre Bucair Santos

Marcos Martinho Avallone Pires

Rogério Luiz Gallo

Contatos: (65) 3613-0956/0957

OUVIDORIA

Geandre Bucair Santos

Ouvidor-Geral

Giselle Jovelina Dias de Carvalho

Ouvidora-adjunta -

Contatos: (65) 3613-0965

EXPEDIENTE

Jornalista:

Lídice Lannes - DRTMT 810 e

Luis Tonucci - DRTMT 1468

Paula Peres - DRTMT 1243

Estagiária:

Heide Castilho

Fotografias:

José Medeiros e Adia Borges

Fotos da Terra

Contatos Assessorias de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928 -

imprensaobmt@gmail.com

CAA/MT (65) 3644-1006 -

caamt@caamt.com.br

Publicidade:

Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem:

15.000 exemplares

OAB Mato Grosso - 2ª Avenida Transversal

s/n, Centro Político Administrativo - CEP:

78.049-914 - CUAIBA/MT - Tel.: (65) 3613-

0928 Fax: (65) 3613-0921

Editoria de Arte:

Diagramação e Edição de Arte:

Erickson Souza Thaines

gauchothaines@hotmail.com.br



TRIBUNAL DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS (TDP)

Luiz da Penha Corrêa
Presidente

Ademar Santana Franco
Vice-Presidente

Jozaira Rita Seixas Guedes
Secretária-Geral

Fabiane Battistetti Berlanga
Secretária Adjunta

MEMBROS

Antonio Pinheiro Esposito – Cuiabá
Bruno Casagrande e Silva - Nova Mutum
Bruno Rodrigues da Silva – Cuiabá
Carla Caroline de Paula Rocha – Cuiabá
Eduardo Horschutz Guimarães – Cuiabá
Everaldo Batista Filgueira Junior – Cáceres
João Ricardo Moreira – Cuiabá
Luciano Rodrigues Dantas – Cuiabá
Luiz Gonçalves de Seixas Filho – Mirassol D' oeste
Marco Antonio Magalhães dos Santos – Cuiabá
Marcus Augusto Giralddi Macedo – Peixoto De Azevedo
Milton Martins Mello – Cuiabá
Nelci Andrea dos Santos Andreotti – Peixoto De Azevedo
Paulo Sérgio Missasse – Cuiabá
Rosane Costa Itacaramby – Cuiabá
Ruy Barbosa Marinho Ferreira – Peixoto De Azevedo
Valéria Aparecida Solda de Lima – Mirassol D' oeste
Vicente Diocles Rocha Botelho de Figueiredo – Cuiabá
Wilson Pedro Nery – Cuiabá
Contato: (65) 3613-0965
Plantão de Prerrogativas (24 horas):
(65) 9239-1000

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA (TED)

João Batista Beneti
Presidente

Antonio Luiz Ferreira da Silva
Vice-Presidente

Silvano Macedo Galvão
Secretário-Geral

RELATORES

Renato de Perboyre Bonilha
Rober Cesar da Silva
Clarissa Bottega
Samantha Rondon Gahyva Martins
Rogerio de Barros Curado
Roberto Antunes de Barros
Marco Antonio Dotto
Adolfo Arini
Jucimeire Marques de Oliveira
Jose Gaspar Maciel de Lima
Pedro Marcelo de Simone
Seila Maria Alvares da Silva
Alexandre Maciel de Lima
Ivo Sergio Ferreira Mendes
João Paulo Moreschi
João Manoel Junior
José Ravanello
Henrique Alves Ferreira Neto
Orlando Campos Baleroni
Gisela Alves Cardoso
Nelson Feitosa
Valdir Francisco de Oliveira
Samuel Richard Decker Neto
Paulo Eurico Marques Luz
Nubia Narciso Ferreira de Souza
Jackson Mario de Souza
Marcelo Bertoldo Barchet
Mauro Antonio Stuan
Gelison Nunes de Souza
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Celso Correa de Oliveira
Nelson Frederico Kunze Pinto
Adriana Paula Tansini Rodrigues Silva
Rosely Amaral de Souza
Hamilton Ferreira da Silva Junior
Cristiano Alcides Basso
Marcel Alexandre Lopes
Clarissa Lopes Vieira Vidaurre
Rodrigo Quintana Fernandes
Jonel Benedito Ferreira de Arruda
Adelina Neres de Sousa Campos
Douglas Ricardo Guilhen Melo
Raul Astutti Delgado
Décio Cristiano Piatto
Andreia Alves
Carlos Roberto Previdelli
Ulisses Duarte Junior
Joice Wolf Scholl
Luiz Sergio Rossi
Mauro da Silva Andrieski
Murillo Espinola de Oliveira Lima
Amaro Cesar Castilho
Paulo Fabrinny Medeiros
Luciana Amalia Alves
Bruno Ferreira Alegria
Contato: (65) 3613-0935

ÍNDICE

4 OAB/MT questiona empréstimos para outros países

6 CAJ obtém 67,69% de efetividade

17 Ação de Carnaval percorre escritórios de advocacia



19 OAB/Lucas requer apoio de Dilma para advocacia



23 A pedido do TDP, CGJ garante assento a estagiário

DIRETORIA

Advogada agradece por assistência em liberação de alvará

A diretoria da OAB/MT ingressou como assistente simples para defender uma advogada de Cáceres que não conseguia receber os honorários advocatícios relativos a uma Requisição de Pequeno Valor (RPV) em tramitação no Tribunal de Justiça. Depois da intervenção, o problema foi solucionado e a profissional recebeu o valor devido em dezembro de 2013. Assinaram a petição, encaminhada à Presidência do Poder Judiciário, o presidente da Seccional, Maurício Aude, e o presidente da Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios, Adriano Carrelo Silva, que elaborou o parecer e acompanhou de perto a questão.

“A nossa comissão tem feito um trabalho incessante de defender os advogados e tem conseguido algumas importantes vitórias”, pontuou Carrelo. A mais recente foi a admissão pelo Tribunal de Justiça da legitimidade da OAB/MT ingressar como assistente simples para atuar quando o advogado for ofendido, bastando que essa ofensa ocorra à sua esfera jurídica. No caso da advogada de Cáceres, a OAB/MT e a CDHA argumentaram que o artigo 649 do Código de Processo Civil incluiu



os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal no rol dos créditos impenhoráveis de forma absoluta. Assim sendo de natureza alimentar, os honorários advocatícios se equiparam ao crédito trabalhista em se tratando de direito de preferência no recebimento de créditos, como no caso da RPV.

A advogada agradeceu à diretoria da OAB/MT e ao presidente da Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios pelo apoio recebido. Ela procurou a Ordem em agosto do ano passado e elogiou a atuação. “O motivo de meu contato é apenas para agradecer o apoio da OAB/MT, na pessoa do Dr. Maurício Aude, bem como a essa Comissão de Defesa dos Honorários, pois meu caso foi resolvido, recebi os honorários e fico grata pela atenção e manifestação da OAB no meu caso”.

Polícia Federal deve aceitar Carteira da OAB

A OAB/MT, o Tribunal de Defesa das Prerrogativas e a Comissão de Direito Penal e Processo Penal requereram apoio por parte do procurador nacional de Defesa das Prerrogativas da OAB para que a Polícia Federal passe a aceitar em toda a sua jurisdição a Carteira do Advogado como prova de identidade civil. O pedido foi remetido ao Conselho Federal pelos presidentes da Seccional, Maurício Aude, do TDP, Luiz da Penha Corrêa, e da Comissão, Waldir Caldas, depois da denúncia de um profissional.

O advogado Givanildo Gomes, inscrito na Seccional Mato Grosso, tentou obter cartão de entrada/saída junto ao Setor de Imigração da PF em Corumbá (MS) e teve o pleito negado sob o argumento de que a carteira da OAB não teria validade como documento de identificação. O órgão exigia como documento apenas os expedidos por entes da Federação, fato que obrigou o advogado a impetrar mandado de segurança contra o ato da autoridade policial. O artigo 13 da Lei Federal 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB) dispõe que o documento de identidade profissional “é de uso obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário e constitui prova de identidade civil para todos os fins legais”. Na decisão, o juiz federal destacou a plena eficácia da Carteira da OAB como documento para fins de identificação (Processo 00000014-04.2014.403.6004).

Anulado acórdão que condenara advogado por desacato

A OAB/MT conseguiu mais uma importante vitória para a advocacia mato-grossense: a cassação, à unanimidade, dos efeitos de sentença da Vara Única de Guarantã do Norte e de acórdão da Turma Recursal Única que culminaram na condenação de um advogado a seis meses de reclusão acusado de ter desacatado a gestora da secretaria judicial. O secretário-geral adjunto da Seccional, Ulisses Rabaneda, fez a sustentação oral (a OAB/MT atuou como assistente no recurso) perante os desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (Habeas Corpus nº 2286/2014) exaltando que o advogado, em momento algum, praticou crime.

“O advogado se deslocou à vara e pediu o desarquivamento de um processo, ocasião em que a gestora pediu que ele voltasse outro dia. Ele voltou por mais três vezes e, diante da omissão da gestora, requereu uma certidão, o que lhe foi negado, motivo que o levou a ficar exaltado, porém, em momento algum, desacatou a servidora.

Não houve crime. Até onde há limitação da

atuação do advogado? O Estatuto da Advocacia autoriza o profissional a agir de maneira dura - porém com urbanidade - e, ainda que houvesse excesso na conduta do defensor, temos um Tribunal de Ética e Disciplina atuante que vem punindo os maus advogados que não honram tão digna profissão. Bastava tê-lo representado à Ordem”.

Voto - O relator do habeas corpus, desembargador Alberto Ferreira de Souza, frisou que a hipótese é de indignação da atuação desrespeitosa da gestora. “O advogado estava no exercício da profissão, voltou a pedido da servidora por mais de três vezes e não foi atendido. O advogado é indispensável à administração da justiça e, nesse caso, ele buscava, tal como qualquer cidadão, uma certidão. É perfeitamente compreensivo que diante de tal atitude da gestora ele tivesse se exaltado e agiu perfeitamente.

O advogado paga tributos e o que se espera do serviço público, no mínimo, é um bom atendimento. No caso em tela, não há tipicidade. Estamos diante de flagrante ilegalidade e o que está em jogo é a



liberdade de um advogado que estava a cumprir seu mister. Por isso, cassa os efeitos do acórdão”. Os desembargadores Rondon Dower Filho e Marcos Machado acompanharam o relator.

Ulisses Rabaneda comemorou a vitória. “O relator reconheceu a grandeza da nossa profissão e a não omissão do advogado diante da atitude da gestora. Fiquei feliz pelo resultado, essa vitória é da advocacia e os presidentes de todas as subseções, bem como os colegas advogados de Cuiabá e do interior podem contar conosco porque a OAB/MT sempre atuará na defesa de advogados que tiverem seus direitos desrespeitados”. Estiveram presentes

na sessão o presidente da OAB/MT, Maurício Aude; a vice-presidente, Cláudia Aquino; o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados, Leonardo Campos; os conselheiros estaduais Fábio Capilé e José Sebastião de Campos Sobrinho, e os presidentes das Comissões de Estudos Constitucionais e de Acesso à Justiça, Felipe Amorim Reis e Eduardo Guimarães, respectivamente.

Assessoria de Imprensa
OAB/MT
imprensaoabmt@gmail.com
(65) 3613-0928/0929
www.twitter.com.br/oabmt
www.facebook.com.br/oabmt

Advogado tem garantido direito de petição em recurso

A petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder assegurada a todo cidadão pelo artigo 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal foi defendida pelo presidente da OAB/MT, Maurício Aude, que atuou como defensor de um advogado em recurso junto à Turma Recursal Única. Ao fazer a sustentação oral, Aude defendeu o direito à petição, a Advocacia e também o Poder Judiciário. Os magistrados deram total provimento ao recurso.

Na ação que tramitou em Sinop, um advogado foi condenado a indenizar um magistrado por danos morais porque fez um pedido de providências junto à Corregedoria-Geral da Justiça para buscar celeridade aos processos do juizado especial, colacionando ações impetradas pelo juiz que tiveram rápido andamento (50 e 76 dias). “O advogado fez um simples pedido de providências e não representou o magistrado. Ele pediu apenas que as



outras demandas tivessem o mesmo tratamento e em nenhum momento rechaçou-o e não questionou seu direito de ação”, pontuou. Na CGJ o pedido foi arquivado porque não teria sido demonstrada a morosidade dos outros processos. Ao defender o direito de petição, Maurício Aude, destacou que é pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça que as pessoas públicas devem se resignar com representações dessa natureza em órgãos correicionais; que é um exercício regular do direito de um cidadão e também do advogado, por

ser indispensável à administração da Justiça; e que esse tipo de pedido não poderia se tornar motivo de ações de indenização por danos morais na Justiça, pura e simplesmente, sem que haja os requisitos legais de ofensa à honra objetiva ou subjetiva, fato que não ocorreu no caso concreto.

O juiz relator Marcelo Sebastião Prado de Moraes afirmou não ter vislumbrado ofensa ou qualquer ataque à honra do autor da ação de danos morais e ratificou a importância do direito de petição a qualquer cidadão, “inclu-

sive o advogado. O que se verifica foi que, para fazer paralelo quanto à demora do juizado, utilizou-se processo do magistrado, que é público, quando havia ações com dois a três anos sem julgamento”. Os outros magistrados Hildebrando Marques e Valmir dos Santos ratificaram não ter havido excesso de linguagem ou ofensa à honra do autor e votaram pelo provimento do recurso. Diretoria da OAB/MT, presidentes e membros de Comissões e TDP acompanharam o julgamento.

DIRETORIA

A comprovação do pagamento das diligências aos oficiais de justiça e o estacionamento do Fórum de Cuiabá foram discutidos entre a diretoria da OAB/MT e o juiz diretor do foro, Marcos Faleiros. Participaram o presidente, Maurício Aude, o secretário-geral, Daniel Teixeira, e o conselheiro estadual e presidente da Comissão de Direito Eletrônico, Eduardo Manzeppi.

Aude informou ao magistrado que a Portaria nº 64/2013/DF, determinando que a comprovação do pagamento das diligências aos oficiais de justiça seja realizada por meio de recibo original emitido diretamente pelo caixa do Banco do Brasil ou caixa eletrônico, vem causando transtornos à advocacia. "Muitos advogados atuam para grandes empresas e instituições

bancárias e fica praticamente inviável atender a essa exigência depois que a portaria vedou a apresentação de segunda via de comprovantes de depósitos efetuados por meio de envelopes, bem como de comprovantes de depósitos/transferências realizados online".

Manzeppi sugeriu que seja utilizada a mesma ferramenta que existe no Portal Eletrônico do Advogado (PEA), a qual, no momento do pagamento, reconhece o código de barra e vincula o valor ao número do processo, facilitando o trabalho da secretaria. A sugestão será levada para discussão juntamente com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça.

Estacionamento - Sobre o estacionamento do fórum, Daniel Teixeira frisou que as reformas que estão sendo

feitas aumentarão o número de vagas, uma vez que elas passarão a ser de 90 graus, e já requereu mais espaço para os advogados. "Considerando que a cada três anos o número de profissionais cresce 30%, queremos, desde já, garantir mais vagas para atender essa demanda". O secretário-geral da Ordem também pediu ao juiz que disponibilize um espaço próximo à recepção do fórum para a instalação de um ambiente onde o funcionário do estacionamento da OAB/MT possa permanecer. A finalidade é solicitar o uso da van da Caixa de Assistência dos Advogados para levá-los a esse estacionamento em virtude da breve interdição do espaço do fórum por conta das obras.

Vagas exclusivas - As diretorias da OAB/MT e do TJMT assinaram o segundo



termo de aditamento ao termo de Cooperação Técnica nº 16/2011 visando garantir a reserva de vagas exclusivas no estacionamento do

Fórum da Capital aos advogados com inscrição ativa e adimplentes com a Seccional. Até o final deste ano, a advocacia mato-grossense

continuará contando com 45 vagas, com espaços prioritários a idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais.

OAB/MT questiona empréstimos para outros países

A diretoria da OAB/MT oficial o Conselho Federal da OAB para que busque providências acerca da possível inconstitucionalidade praticada pelo Governo brasileiro ao emprestar recursos para Cuba e outros países, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), sem submeter a questão ao Congresso Nacional. Para tanto, solicitou parecer da Comissão de Estudos Constitucionais a ser anexado ao pedido de providências. Conforme o presidente da Seccional, Maurício Aude, ao ter conhecimento pelas mídias sociais e ao ouvir a preocupação do conselheiro estadual Carlos Eduardo de Melo Rosa e de outros advogados, decidiu buscar embasamento legal para possível Ação Direta de Inconstitucionalidade a ser encaminhada pela OAB Nacional que tem legitimidade para propor a ADI.

"De antemão, sabe-



mos que os empréstimos firmados entre o Brasil e outro país devem obter a aprovação do Congresso Nacional, que representa a população brasileira. Além disso, até onde sabemos não houve transparência nesse processo de empréstimo de recursos a Cuba no que tange à publicidade de todos os atos e valores. E a OAB, como instituição fiadora do Estado Democrático de Direito, deve zelar pelos princípios constitucionais e fiscalizar seu cumprimento por parte do poder público, propondo a ação necessária em face dos responsáveis. Ademais da legalidade, há que se considerar que o Brasil carece de investimentos internos, sendo certo que investimentos externos devem se justificar no poten-

cial de retorno ao nosso País".

A presidente Dilma Rousseff inaugurou em janeiro a primeira etapa do Porto de Mariel, a 45 quilômetros de Havana, capital de Cuba. Conforme a Folha de São Paulo, o Brasil forneceu um crédito de US\$802 milhões (R\$1,92 bilhão) para a construção do porto de US\$957 milhões. Após o lançamento da primeira parte do empreendimento, a presidente anunciou, ao lado do ditador cubano Raul Castro, um investimento adicional de US\$290 milhões (R\$701 milhões) na zona econômica especial do porto de Mariel, dos quais 85% virão de crédito do BNDES e os 15% restantes serão a contrapartida do governo cubano.

OAB/MT ingressa com MS contra secretário da Secopa

A falta de transparência nas informações acerca dos andamentos de todas as obras referentes à Copa do Mundo em Cuiabá por parte da Secopa impulsionou a diretoria da OAB/MT a ingressar com medida judicial a fim de conseguir acesso às respostas solicitadas há mais de 15 dias. Conforme os diretores da Seccional, o requerimento foi feito no dia 28 de janeiro e o secretário da Secopa se manteve inerte ao pedido. "Ele não respondeu no prazo nossa notificação que buscava informações sobre a previsão do término das obras da copa, além de outras, e sua omissão é abusiva e caracteriza desrespeito à Constituição Federal, à Lei de Acesso à Informação e à sociedade, que merece informações mais transparentes acerca das obras que

têm trazido impactos financeiros e de bem estar a todos. Por isso propusemos mandado de segurança, sem prejuízo de outras providências - judiciais ou extrajudiciais - a serem tomadas contra os gestores públicos e o Estado que possam ir além da prestação de informações", frisaram.

Em fevereiro do ano passado, um ofício também foi encaminhado solicitando cópia dos contratos das obras de mobilidade urbana e demais contratações referentes ao evento. À época, o secretário da Secopa não atendeu à solicitação da Ordem, o que levou a instituição a notificá-la extrajudicialmente um mês depois (março) para ter acesso aos documentos, recebendo as respostas somente no mês de abril.

OAB/MT solicita republicação de DJe's

A diretoria da OAB/MT requereu a republicação do Diário da Justiça Eletrônico (DJE) junto ao Judiciário. "Recebemos diversas reclamações de advogados porque os diários não constavam os nomes dos profissionais em processos, gerando insegurança", pontuou o presidente da Seccional, Maurício Aude. Em diversos processos, cujas intimações foram disponibilizadas nas edições dos dias 17, 18 e 19 de fevereiro, constam apenas os nomes das partes sem indicar os respectivos advogados. Assim, a pesquisa se torna inviável pelo profissional. O pedido da OAB/MT para a republicação dos diários foi encaminhado com urgência à Presidência do TJMT.

"Muitos advogados possuem grande volume de processos e também contam com o serviço de acompanhamento de diários oficiais como o Portal Líber, que é oferecido de graça pela OAB/MT aos advogados adimplentes (acesse o site em "Serviços Online". Um dos campos de pesquisa é justamente o próprio nome. Assim, aguardamos resposta

imediate já que dessas intimações decorrem prazos e queremos evitar que prejuízos maiores ocorram à advocacia mato-grossense", finalizou Aude.

O Departamento de Aprimoramento da Primeira Instância (Dapi) informou logo depois a Ordem que as intimações geradas pelo sistema Apolo, disponibilizadas nas edições 9.240 e 9.241 do DJE, seriam encaminhadas automaticamente para nova disponibilização gerando, também, novos andamentos de envio e de publicação. O Dapi acrescentou que as certidões de envio e de publicação, relacionadas às edições citadas, seriam automaticamente riscadas, com a devida justificativa consignada. "Porém, reiteramos o pedido de republicar também a edição de segunda-feira, dia 17, onde detectamos os mesmos problemas. Muitos profissionais atuam para grandes empresas e precisam de um documento oficial que ofereça condições de poderem trabalhar com segurança", resumiu o presidente da OAB/MT, Maurício Aude.

DIRETORIA

1ª Vara Federal garante celeridade

A diretoria da OAB/MT informa a todos os advogados e advogadas que atuam na Justiça Federal que o juiz substituto da Primeira Vara, Ilan Presser, vem assinando digitalmente a maioria dos despachos, decisões e sentenças prolatados nos processos físicos em tramitação, cujo inteiro teor é disponibilizado simultaneamente no site do órgão (<http://portal.trf1.jus.br>), em 'consulta processual', independentemente da publicação dos atos judiciais. A Seccional foi comunicada sobre a iniciativa e, na avaliação do magistrado, a medida contribui significativamente à celeridade da prestação jurisdicional, racionalizando o atendimento aos advogados e partes.

OAB/MT destaca defesa dos advogados dativos

A diretoria da OAB/MT destaca decisão de juíza que condenou o Estado a pagar uma advogada que atuou como dativa na Comarca de Juscimeira e lembra da luta que vem travando junto ao Governo em prol dos dativos. "No ano passado, entregamos um estudo elaborado pela Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios ao procurador-geral do Estado no sentido de que os honorários devidos aos advogados dativos sejam pagos de forma administrativa e com mais celeridade", observou o presidente da Seccional, Maurício Aude. Conforme o advogado, "as tratativas junto à PGE serão retomadas este ano e a Seccional insistirá para que haja uma solução administrativa para os pagamentos dos honorários dos dativos".

A decisão - A juíza Luciana Moretti, da Vara Única da Comarca de Juscimeira, condenou o Estado a pagar R\$ 10.547,22 a uma advogada que atuou em sessão do tribunal do Juri da Comarca nomeada por magistrado, em razão da "impossibilidade de atuação da Defensoria Pública no município naquela data". (Código 22522) O valor fixado foi equivalente a 20 URH (Unidade Referencial de Honorários), que correspondiam ao valor executado na ação, o qual estaria de acordo com o mínimo previsto na tabela da OAB/MT. "O advogado dativo, nomeado por inexistência ou desaparecimento da Defensoria Pública no local da prestação do serviço, já faz jus aos honorários fixados pelo juiz, a serem pagos pelo Estado, segundos os valores fixados na tabela da OAB", destaca a magistrada.

Atuações - Ainda no ano passado, a diretoria da OAB/MT e o Conselho Pleno recomendaram, a critério dos advogados privados, a não aceitação de nomeações futuras como dativos garantindo que a recusa não constituiria infração ético disciplinar, "tendo em vista que o descumprimento da lei não pode ser atribuído aos advogados e advogadas que atuam dativos". Por outro lado, os diretores da Seccional foram até o governador do Estado pedir mais estrutura e investimento no aparelhamento da Defensoria Pública, que teve postos fechados no ano passado, e também para o Poder Judiciário.

Diretoria participa de lançamento do "Celeridade Já"



O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, participou do lançamento da segunda fase do "Projeto Celeridade Já", da Corregedoria-Geral da Justiça, cuja meta é movimentar 500 mil processos em trâmite na Primeira Instância até julho deste ano. A solenidade ocorreu no Fórum de Cuiabá e contou com a presença de advogados, magistrados e servidores. "A mensagem que a OAB/MT traz é a de que não interessa termos um Judiciário criticado, desmoralizado, mas, sim, um órgão forte, que respeita e cumpre o previsto na Constituição Federal quando se fala em razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Esse é um projeto que ataca os efeitos e é necessário que também se ataque as causas da morosidade processual".

Em seu pronunciamento, o advogado ressaltou que a OAB/MT fez gestão junto ao governador do Estado, Silval Barbosa, pedindo apoio no sentido de melhor estruturar o Poder Judiciário e a Defensoria Pública.

"Um melhor aparelhamento dessas instituições, sem dúvida, trará benefícios aos advogados, magistrados, servidores e, o mais importante, aos jurisdicionados, os quais não podem ficar tanto tempo esperando por uma decisão judicial. Mesmo sabendo que essa é uma medida paliativa, vemos com bons olhos essa ação da Corregedoria". O corregedor-geral da justiça, desembargador Sebastião de Moraes Filho, destacou que a taxa de congestionamento chega a 77% na justiça comum e a 65% nos juizados especiais.

Comissão de Acesso à Justiça obtém 67,69% de efetividade

A Comissão de Acesso à Justiça (CAJ) da OAB/MT obteve 67,69% de efetividade na resolução de demandas referentes aos trâmites processuais nos juizados especiais e na Justiça comum em 2013. Ao todo, 130 manifestações foram recebidas por meio do "Observatório do Judiciário", das quais 88 foram solucionadas e arquivadas e 42 estão em andamento. A ferramenta foi criada para que os advogados registrem problemas relativos à morosidade processual em casos concretos, que são encaminhados pela CAJ aos magistrados com pedido de resposta ou providências.

Conforme o presidente da Comissão, Eduardo Guimarães, a criação dessa ferramenta de apoio aos advogados, advogadas e jurisdicionados foi bem recepcionada. "O Observatório do Judiciário existe há oito meses e já tivemos bastante adesão. O aproveitamento positivo que alcançamos no ano passado demonstra a seriedade do nosso trabalho e esperamos que este ano possamos alcançar um índice maior". O objetivo da CAJ é expandir os trabalhos para as 29 Subseções. "Os ofícios que não receberem resposta serão encaminhados à Presidência e à Corregedoria-Geral da Justiça para providências", informou Eduardo Guimarães.



COMISSÕES

Presidente da Codel acompanhará PJe no TSE

O conselheiro estadual e presidente da Comissão de Direito Eletrônico (Codel) da OAB/MT, Eduardo Manzeppi, foi indicado pelo presidente do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coelho, para representar a instituição no grupo de funcionalidade e homologação para o Processo Judicial Eletrônico (PJe) no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O profissional atuará em conjunto com advogados dos Estados Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

Manzeppi vem desempenhando importante e significativo trabalho em Mato Grosso em parceria com técnicos de informática dos Tribunais do Trabalho e de Justiça no sentido de melhorar a funcionalidade do Processo Judicial Digital (Projudi), Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Portal Eletrônico do Advogado (PEA). Desde o ano passado, realizou diversos eventos abordando as questões relacionadas aos sistemas processuais como workshop para 250 pessoas sobre o PJe no âmbito da Justiça Estadual, bem como participou de reuniões no Conselho Federal, lançamento do Apolo Eletrônico em Poconé, e painéis sobre PJe



durante as circulações do Projeto OAB/MT 80 Anos.

Em outubro de 2013, a OAB/MT e a Codel tiveram pedido atendido pela Corregedoria-Geral da Justiça no sentido de inserir nas guias de pagamento das custas de protocolo via PEA o número e o código dos processos físicos, assim como ocorre nas guias de recolhimento de Protocolo Integrado emitidas pelo site do Tribunal de Justiça. Além disso, também requereram ao TJMT e conseguiram a renovação da licença do software que realiza cálculo de cumprimentos de sentença da Contadoria do Fórum da Comarca de Cuiabá e, também, a regularização do sistema "Push", o qual envia informações de andamentos processuais aos e-mails de advogados cadastrados.

A versão 1.4.8 do Processo Judicial Eletrônico possibilitará que os dados dos processos sejam acessados por meio de smartphones e tablets. A novidade é uma das muitas introduzidas na nova atualização do PJe-JT, que será disponibilizada ao público externo em 10 de março. O secretário-geral da OAB/MT, Daniel Teixeira, participou de reunião no TRT/MT para conhecer as novidades. "A consulta pelo celular e tablet facilitará muito o trabalho dos advogados, que poderão acessar por meio de senha. Aproveitamos para reiterar ao TRT o pedido da OAB de instalar monitores nas turmas e Tribunal para acompanharmos as sessões".

Além do acesso via dispositivos móveis não será mais necessária a utilização do Certificado Digital para a realização das consultas, bastando o uso de login e senha como credenciais. Mas essa novidade não permite o peticionamento ou qualquer outra alteração, apenas a visualização das peças. Também será possível com a nova versão realizar o download das peças processuais, bem como visualizar os documentos de domínio público (mesmo sem o login e senha, neste caso). A consulta a processos em segredo de justiça e a visualização de documentos sigilosos,



todavia, continuam não permitidas. A obtenção da senha para acesso deverá ser feita no próprio sistema, no menu Configuração -> Pessoa -> Cadastro de senha.

Ferramentas - O TRT de Mato Grosso disponibilizou em sua página do PJe o menu "Ferramentas", que reúne uma série de links úteis e necessários para quem deseja acessar o processo eletrônico. Trata-se de atalhos para o download e verificação de atualizações de aplicativos e programas, como o Java, Mozilla Firefox e o Administrador de Certificado, por exemplo. Também é possível fazer a atualização de drives e mesmo consultar tutoriais para a automação de alguns desses procedimentos. A página do PJe do TRT/MT pode

ser acessada por meio do banner correspondente, localizado à direita do site do Tribunal na internet (www.trt23.jus.br), ao lado das notícias em destaques. O menu "Ferramentas" está localizado na seção "Recurso PJe".

Das mudanças previstas na versão 1.4.8 do PJe, apenas a que institui a Certidão de Liquidação e Execução (CLE) e a que trata da integração do PJe com Instituições Financeiras não estarão disponíveis ainda no âmbito da Justiça do Trabalho mato-grossense por impossibilidades técnicas temporárias.

OAB pede mudanças no PJe - O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil solicitou correções operacionais do sistema em pedido de providências apresentado ao Conselho

Nacional de Justiça. A Ordem cobra a adoção imediata de um padrão internacional (W3C) para permitir o acesso por advogados com deficiência visual. A mudança foi proposta após o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, ter derrubado decisão do presidente do CNJ, Joaquim Barbosa, que impedia uma advogada cega de apresentar petições em papel. Segundo Deborah Prates, do Rio de Janeiro, a ferramenta, que traduz textos de computador em áudio, não funciona no PJe.

Mesmo com a liminar do STF, a OAB diz que é preciso assegurar o acesso integral aos 1.149 deficientes visuais que exercem a advocacia no Brasil, segundo o cadastro nacional.

Advogado deve se cadastrar para usar o PEA

A pedido do presidente da Comissão de Direito Eletrônico da OAB/MT, Eduardo Manzeppi, a Corregedoria-Geral da Justiça encaminhou aos gestores judiciários das Secretarias das Varas um ofício circular (nº 52/2014) que versa sobre o procedimento para o cadastramento dos advogados no Portal Eletrônico do Advogado (PEA). "Enviamos um e-mail abordando a necessidade desse procedimento junto às Varas Judiciais para melhor orientar os servidores e advogados e recebermos o documento. É essencial que os advogados tenham conhecimento dessa ferramenta", pontuou Manzeppi.

Esse cadastramento é voltado aos profissionais que não possuem o certificado digital. Conforme o desembargador corregedor Sebastião Almeida, é de responsabilidade de cada secretaria de vara realizar o referido cadastramento. Porém, Eduardo Manzeppi lembra que os

advogados que são cadastrados no Projudi não precisam fazer novo cadastro no PEA (veja dicas abaixo).

Documentos - O advogado deverá estar munido dos seguintes documentos: foto 3X4 (caso a carteira da OAB não contenha foto), cópia da identidade e do CPF autenticada ou com apresentação do original, cópia de comprovante de residência autenticada ou com apresentação do original, e cópia da carteira da OAB autenticada ou com apresentação do original.

O procedimento é idêntico ao utilizado pelos juizados especiais para cadastramento de advogados no sistema Projudi e as cópias dos documentos apresentados deverão permanecer arquivadas na secretaria. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas pelos telefones (65) 3617-3411/3412 ou via Service Desk (SDK).

Como acessar o PEA utilizando Projudi - O presidente da Codel

lembra aos colegas que foi disponibilizado o acesso no PEA, por meio de login e senha, para todos os que possuem cadastro no sistema Projudi. "Neste portal o advogado poderá realizar o peticionamento eletrônico nos processos que estão tramitando de forma física em todo o Estado, bem como peticionar iniciais nas comarcas que já possuem o Apolo Eletrônico. Portanto, os advogados que já possuem cadastro de assinatura digital (login e senha) no Projudi, que é feito nas secretarias dos Juizados Especiais, não precisam fazer novo cadastro pessoalmente para o PEA. Podem utilizar o mesmo cadastro do Projudi para peticionar no PEA e no Apolo", explicou.

Novas comarcas no Sistema Apolo - Nova Ubiratã, Paranaíta, Porto dos Gaúchos, Querência e Apiacás serão as cinco próximas novas comarcas que receberão a implementação do Sistema Apolo

Eletrônico. As datas serão, respectivamente, 10 a 14 de março; 24 a 28 de março; 5 a 9 de maio; e 19 a 23 de maio. Já dos dias 17 a 21 de março, o sistema será expandido para duas varas do Fórum da Capital, ainda a serem definidas. A ferramenta engloba três sistemas distintos: Peticionamento Eletrônico, Apolo Comarca e Gabinete Eletrônico.

Dentre suas funcionalidades, o programa permite que todo o trâmite processual, da petição inicial à sentença, seja feito de maneira 100% online, podendo ser acessado a qualquer hora e de qualquer lugar bastando conexão via internet. Ele permite ainda a racionalização dos procedimentos nas varas e gabinetes, gera economia de papel e recursos humanos, e possibilita que o processo seja iniciado ou movimentado sem a necessidade de as partes e/ou advogados se deslocarem até o Fórum.

COMISSÕES

Nova diretoria da Comissão da Mulher lança projetos

A Comissão de Direito da Mulher da OAB/MT se reuniu para tratar dos novos trabalhos para 2014 e iniciar os preparativos para o evento do “Março Sempre Mulher”. A nova diretoria da CDM é composta pelas advogadas Juliana Moura Nogueira (presidente), Mariana Cristina Ribeiro dos Santos (vice-presidente) e Elisângela Del Nery (secretária). Também participaram a vice-presidente da OAB/MT, Cláudia Aquino (membro da CDM), a presidente da OAB de Várzea Grande, Flávia Moretti, representando a comissão da subseção, Alexandra Nogueira da diretoria da OABVG, e outras advogadas. “Essa reunião marcou o retorno dos trabalhos da CDM após as férias. Ouvimos as advogadas, suas expectativas quanto à atuação na própria OAB/MT e junto à sociedade como um todo”, avaliou Juliana Nogueira.

Março Sempre Mulher - O “Março Sempre Mulher 2014” é atividade organizada pela Superintendência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, da qual a OAB/MT participa por meio da Comissão de Direito da Mulher, juntamente com

a ESA/MT e CAA/MT. A cerimônia de abertura ocorreu no dia 20 de fevereiro, às 8h, no Tribunal de Justiça, na abertura do Simpósio Internacional Humanismo, Psicanálise e Justiça, com a presença de advogadas da diretoria, comissão e subseção. Na ocasião, foi lançada a agenda de ações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Confira a programação da CDM:

No dia 7 de março, 8h, café da manhã para as servidoras do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e orientações sobre os direitos da mulher.

No dia 11, às 8h, na OAB/MT, palestra “Empreendedorismo na prestação de serviços”, posse da diretoria da Comissão de Direito da Mulher da OAB/MT e homenagem às advogadas e mulheres de destaque.

Dias 12 e 19 - 18h30, vídeo-fórum de debate sobre temas relacionados às mulheres, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, no Sintep/MT.

Dia 15 - 9h, discussão sobre violência doméstica, coordenada



pela advogada Ruth Sandra Rodrigues (defensora pública), no III Encontro de Mulheres com Deficiência Visual promovido pela Associação Mato-Grossense dos Cegos (AMC). O evento será no Centro de Apoio e Suporte à Inclusão da Educação Especial (Casies), na R. dos Crisântemos, nº 16, Bairro Jardim Cuiabá, Cuiabá.

Dia 20 - Lançamento do Projeto OAB Mulher na circulação do “Projeto OAB/MT 80 Anos” na Subseção de Sorriso.

Dia 27 - Roda de conversa “A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres”, com três exposições: Empoderamento econômico; Participação nos espaços públicos de poder; e Essência feminina; no auditório da OAB/Várzea Grande.

Dia 31 - 9h às 17h, Feira das Mulheres/Economia Solidária: venda de produtos artesanais, distribuição e orientação sobre a Lei Maria da Penha no estacionamento da sede da Defensoria Pública/MT.

Ouvidoria tem sido importante canal de comunicação



A Ouvidoria da OAB/MT tem sido um importante canal de comunicação com a advocacia mato-grossense, pois tem recebido constantemente inúmeras denúncias, reclamações e sugestões, as quais, quando procedentes, são encaminhadas ao Tribunal de Ética e Disciplina (TED) e demais órgãos do Estado para as devidas providências. Conforme o ouvidor-geral, Geandre Bucair Santos, as manifestações têm auxiliado na melhoria da Seccional no que tange ao atendimento, estrutura e relacionamento. “O advogado tem participado muito deste canal, contribuindo com sugestões que têm sido de grande valia para a melhoria do nosso exercício profissional”.

De acordo com o advogado, as reclamações são importantes para se buscar soluções para o que não tem agradado a classe advocatícia, principalmente no âmbito do Poder Judiciário. Os interessados em registrar manifestações podem acessar o site da OAB/MT no link “Ouvidoria”.

Advogar com ética é cumprir a Constituição Federal

A prática da advocacia com ética e zelo pelos deveres e prerrogativas pelos novos advogados e estagiários foi ressaltada pelo presidente da OAB/MT, Maurício Aude, na primeira solenidade de entrega de certidões na Seccional em fevereiro. “Assim vocês se tornarão indispensáveis à administração da Justiça, como preconiza a Constituição Federal em seu artigo 133. Tomem esse juramento que fizeram como um mantra. São muitos os setores que querem denegrir a imagem da Advocacia e nós advogados não podemos colaborar com isso, sendo éticos e fiscalizando os que não o são. E caso tenham suas prerrogativas aviltadas, procurem a OAB para que promova a defesa do seu livre exercício profissional”.

Ao todo 45 jovens advogados e 130 novos estagiários acompanharam o juramento lido por Soélita Ladeslau da Cruz e se comprometeram em guardar esses e outros preceitos. O orador Michael Cruz elogiou



a atuação da OAB/MT e Escola Superior de Advocacia em proporcionar oportunidades de conhecimento por meio de palestras e cursos aos acadêmicos de Direito. “Todos aqui devem ter recebido ao menos cinco convites para participar de eventos. Parabéns

por essa aproximação da OAB com a Academia”. Maurício Aude aproveitou para convidar os jovens advogados a integrarem as 48 Comissões Temáticas existentes na OAB/MT e atuar em defesa da advocacia e da sociedade nesse trabalho voluntário e essencial;

lembrou da história da Ordem na construção da democracia e do Estado Democrático de Direito, em especial da Seccional Mato Grosso, cujas comemorações se estenderão até 2015 nas subseções por meio do Projeto OAB/MT 80 anos.



COMISSÕES

CIJ convida advogados a participar de ações



A presidente da Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da OAB/MT, Marizete Bagatelli, convida todos os advogados e advogadas a comporem a comissão, para promover ações em prol das crianças e adolescentes de Cuiabá e do interior. “Já convidei mais dois profissionais para compor a comissão e queremos unir esforços com o maior número possível de advogados e advogadas para alcançar metas. Nossa ideia é fazer um mapeamento das instituições que abrigam crianças e adolescentes, conhecer a real situação de cada uma, e agir preventivamente. Para tanto, realizaremos eventos como palestras e tentaremos trazer os pais para os debates”.

Outra pretensão da presidente da CIJ é firmar parcerias com as comissões temáticas da OAB/MT e instituições de ensino, principalmente com profissionais que atuam na área da psicologia. Os interessados em integrar a comissão e contribuir com os trabalhos devem fazer um requerimento e enviá-lo ao presidente da OAB/MT, Maurício Aude, que o encaminhará ao Conselho da Seccional para homologação.

CONCURSO CULTURAL CELEBRA 23 ANOS DO ECA

O Conselho Federal da OAB, por meio de sua Comissão da Criança, do Adolescente e do Idoso, lançou o concurso cultural Nosso Direito, que celebra os 23 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, completados em 2013. Jovens de todo país podem concorrer com poemas e obras de arte que reflitam a importância do estatuto. As inscrições vão até o dia 3 de junho de 2014. O concurso visa despertar o interesse dos jovens brasileiros por seus direitos e deveres. Os trabalhos deverão ter referências aos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente que garantem os direitos à alimentação, à vida, à saúde, à liberdade, ao lazer, à convivência familiar e comunitária, ao respeito, à dignidade, à educação, à cultura, à profissionalização e ao esporte.

Advogado participa de oitiva de CPI da Telefonia Móvel

O presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Carlos Rafael de Carvalho, representou a OAB/MT na reunião da CPI da Telefonia Móvel da Assembleia Legislativa. Na ocasião foi ouvido o Diretor Executivo do Sindtelebrasil, Carlos Duprat. O advogado ressaltou que, assim como o Procon Estadual, tem a função de colaborar com a CPI em seu papel de representante da sociedade.

Carlos Rafael apresentou alguns questionamentos acerca dos serviços prestados pelas operadoras e afirmou que a explanação não demonstrou a realidade vivida pelos consumidores. Para o advogado, faltou o representante do sindicato apontar soluções a curto ou médio



prazo. “Ele falou dos possíveis investimentos, da necessidade de novas redes de antenas de transmissões, mas imputou a culpa à legislação ambiental e a população continua sem a devida prestação do serviço”, pontuou. No ano passado a CPI da Telefonia Móvel visitou a 12 cidades-polos e colheu cerca de 2.632 mil reclamações em relações a serviços



prestados pelas quatro telefonia móvel. Uma das maiores foi a queda de sinais, mesmo em todo o país existirem 63.393 mil antenas, mas para suprir a demanda são necessárias mais 100 mil antenas.

Presidente de CDT representa Ordem em workshop

O presidente da Comissão de Direito do Trabalho da OAB/MT, Marcos Avallone, representou a Seccional no Iº Workshop para Construção da Agenda do Trabalho Decente de Cuiabá, promovido pela Prefeitura de Cuiabá e realizado na UFMT. Foram debatidos temas sobre o trabalho escravo e infantil e redução de acidentes de trabalho e foram organizadas mesas de diálogo entre os representantes do MPT, MTE, da Confederação Mundial do Trabalho (CMT), da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento (SMT-DE), do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso (TRT/MT) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Também participaram representantes do Conselho Municipal do Trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPTMT) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).



COMISSÕES

Comissão de Meio Ambiente colabora com plano de saneamento de Várzea Grande

Os integrantes da Comissão de Meio Ambiente da OAB/MT Gisele Gaudêncio e Thiago da Cunha participaram de reunião do Comitê de elaboração do Plano de Saneamento Básico de Várzea Grande. Os trabalhos foram iniciados em dezembro de 2013. “A OAB/VG vem contribuindo com a campanha e, desde já, solicita a todos os colegas que residem em Várzea Grande que respondam ao questionário o quanto antes, bem como repliquem a mensagem para os seus conhecidos para contribuir nesta fase de coleta de dados”, observou Gisele Gaudêncio.

A equipe responsável pela coleta destacou a importância das informações da população acerca dos serviços de saneamento básico nesta fase de elaboração do Plano, tais como o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e coleta seletiva de lixo e outras.

O questionário pode ser acessado no site da Prefeitura de Várzea Grande: www.varzeagrande.mt.gov.br.

Eleições diretas no Judiciário em debate na OAB/MT



No início de fevereiro, a diretoria da OAB/MT recebeu o deputado estadual Emanuel Pinheiro para explicar a Proposta de Emenda à Constituição Estadual nº 6/2013, de sua autoria, que prevê as eleições diretas para Presidência do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Participaram o presidente da Seccional, Maurício Aude, o coordenador das Comissões e presidente da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT), Leonardo Campos, o presidente da Comissão de Estudos Constitucionais (CEC), Felipe Reis, e membros da comissão. “As eleições diretas no TJMT são salutares, pois os desembargadores precisarão percorrer o Estado, conhecer as dificuldades e a realidade enfrentadas na primeira instância. A ideia é excelente, porém, devemos nos ater à constitucionalidade da proposta e, de acordo com o parecer elaborado pela Comissão da Ordem, ela é inconstitucional e a OAB/MT tem a obrigação de defender a Constituição”, asseverou Aude.



Felipe Reis disse que o que mais o preocupa é a simetria da Constituição Federal com a Constituição de Mato Grosso. “Nosso parecer é de que a proposta de emenda à Constituição Estadual nº 6/2013 é inconstitucional, mas também concordo que a iniciativa em implementar eleições diretas no TJMT é fundamental para o melhor funcionamento do órgão, que hoje vive uma situação caótica com a falta de estrutura e recursos humanos”.

Emanuel Pinheiro enfatizou que a luta de implementar eleições diretas no TJMT não é somente dele, mas também da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a qual lançou em Mato Grosso, em 2012, a campanha nacional “Diretas-Já no Poder Judiciário”. “No meu entendimento, a Lei Orgânica da Magistratura (Loman) não foi recepcionada pela CF/88. Entendo que cada Estado deve definir o processo de eleição do presidente do TJ como bem entender”.

Advogado atua em comissão de concurso para juízes

O presidente da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/MT, Carlinhos Batista Teles, é um dos integrantes da Comissão Multidisciplinar que avaliará as pessoas com deficiência que tiveram as inscrições homologadas, em caráter provisório, para participar do concurso público para ingresso na carreira da magistratura em Mato Grosso.

A lista com os nomes foram publicada no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) e também fazem parte os desembargadores Guiomar Teodoro Borges e Maria Erotides Baranjak, e os médicos Homero Florisbello da Silva e Mônica Igreja Leite da Fonseca. O processo seletivo foi realizado em cinco etapas. A primeira delas corresponde à prova objetiva. A segunda etapa do concurso será a realização da prova escri-

ta e, a terceira, a inscrição definitiva, que engloba três fases. Esta contempla sindicância da vida pregressa e investigação social, exame de sanidade física e mental e o psicotécnico, bem como entrevista com os candidatos. A quarta etapa compreende a prova oral e a quinta fase a avaliação de títulos.



Aprovados honorários sucumbenciais para advogado público

A diretoria da OAB/MT comemorou a aprovação pela Câmara dos Deputados, da garantia dos honorários sucumbenciais para o advogado público no novo Código de Processo Civil (CPC). Foram 206 votos contra 159. Pelo CPC atual, os governos podem dar destinos diferentes ao dinheiro. A União, por exemplo, incorpora a quantia à conta única do Tesouro. “Os advogados e advogadas públicos também devem ser valorizados por suas atuações e a aprovação dos honorários de sucumbência pode ser o início de outras conquistas. Em Mato Grosso, a OAB/MT tem atuado para garantir mais valorização aos defensores públicos e, em parceria com a OAB/Tangará da Serra, obtivemos uma vitória em julho de 2013

com a aprovação de lei que estabelece que os honorários sucumbenciais nas ações movidas pelo município são de direito dos advogados públicos”, recordou o presidente da OAB/MT, Maurício Aude.

Na ocasião, o conselheiro estadual Jonas Coelho da Silva representou a OAB/MT e a Subseção de Tangará. A lei foi aprovada por unanimidade pelos vereadores e, a partir da aprovação da lei municipal, nos processos em que o município for vencedor, o juízo poderá arbitrar honorários sucumbenciais nos termos do artigo 20 do Código de Processo Civil para os procuradores municipais concursados. Ao todo, Tangará da Serra possui sete procuradores nessa condição.

OAB/MT debate crise no sistema carcerário nacional

A diretoria da OAB/MT foi representada pelo presidente da Comissão de Direito Penal e Processo Penal, Waldir Caldas, em uma reunião para debater a crise no sistema carcerário no país. O advogado foi indicado para substituir a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Seccional, Betsey Polistchuk de Miranda, que foi nomeada para a Comissão Nacional, mas não pôde estar presente. O evento foi realizado na sede do Conselho Federal da OAB, em Brasília. Cada Seccional apresentou o relatório atual da situação dos presídios no Estado, sugerindo melhorias ao Ministério da Justiça e ao Departamento Penitenciário Nacional. O evento também contou com a presença de representantes da Ouvidora do Sistema Penitenciário do Departamento Penitenciário Nacional, do advogado Miguel Reale Junior, entre outros.

ESA / MT

**CURSOS TELEPRESENCIAIS ESA/MT E AASP-
MARÇO/2014**

“Diálogos entre a advocacia e a magistratura sobre o projeto do novo CPC – Parte Geral” – 10 a 13/03 - 18h às 20h
Coordenação: Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni

10/3 (2ª) - Desconsideração da personalidade jurídica - Elias Marques de Medeiros Neto e juiz Olavo de Oliveira Neto

11/3 (3ª) - Litisconsórcio e intervenção de terceiros - Rodrigo Barioni e Juiz Silas Silva Santos

12/3 (4ª) - Honorários Advocatícios - Bruno Dantas Nascimento e des. Milton Paulo de Carvalho Filho

13/3 (5ª) - **Tutela antecipada** - Eduardo Arruda Alvim e juiz Rogério Marrone de Castro Sampaio

“Tutelas de urgência” - 17 a 20/03/14 - 18h às 20h
Coordenação: Gilberto Gomes Bruschi

17/3 (2ª) - Antecipação de tutela - Gilberto Gomes Bruschi

18/3 (3ª) - Tutelas de urgência e de evidência no novo CPC - José Rogério Cruz e Tucci

19/3 (4ª) - Tutelas de urgência em grau recursal - William Santos Ferreira

20/3 (5ª) - Flexibilização e fungibilidade das tutelas de urgência - Eduardo de Avelar Lamy

“Temas atuais de responsabilidade civil” - 24 a 27/03 - 18h às 20h
Coordenação: Flávio Tartuce

24/3 (2ª) - Responsabilidade civil sem dano - Pablo Malheiros da Cunha Frota

25/3 (3ª) - Risco do empreendimento e responsabilidade civil - Flávio Tartuce

26/3 (4ª) - Responsabilidade civil pela perda de uma chance - Rafael Peteffi

27/3 (5ª) - Novos danos na responsabilidade civil - Marcos Jorge Catalan

Palestras em Lucas atraem grande público

Em fevereiro, a Faculdade La Salle, recebeu duas palestras da Escola Superior de Advocacia que atraíram grande público:

“Recuperação Judicial: aspectos polêmicos”, com o presidente da ESA/MT, Bruno Castro; e “Novo Código de Processo Civil: Inovações e perspectivas”, com o vice-presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil da OAB/MT, Welder Queiroz

Na ocasião foi realizada a entrega de homenagem ao juiz Cristiano dos Santos Fialho pela Subseção de Lucas do Rio Verde. As palestras foram realizadas em parceria com o OAB Solidária.

“Cerca de 300 pessoas participaram do evento que foi parceria do OAB Solidária, onde também foram homenageados os advogados que trabalharam para o sucesso do projeto”, afirmou o presidente da OAB/Lucas, Abel Sguarezzi.



ESA/MT terá I Encontro de Direito Comercial

A Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso realizará o I Encontro de Direito Comercial, em parceria com a OAB/MT e CAA/MT, nos dias 2 a 4 de abril. O presidente da ESA/MT, Bruno Castro, convida advogados e advogadas a se programarem já que haverá juristas renomados que trarão importantes debates na área. “Estão confirmados os juristas: Gladston Mamede II, Cristiano Imhof, Armino de Castro Júnior, des. Carlos Henrique Abraão e des. Manoel Justino Bezerra Filho. Estamos aguardando apenas a confirmação do prof.



Waldo Fazzio Jr para fecharmos a programação. Desde já, agradecemos aos professores e juristas que muito

contribuirão para Mato Grosso”, sublinhou. Mais informações pelos telefones (65) 3613-0956/0957.

Pós em parceria com Mackenzie será em maio

O presidente da Escola Superior de Advocacia (ESA/MT), Bruno Castro, reuniu-se com a diretoria de pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie para acertar detalhes quanto à realização, em Cuiabá, do Curso de Pós-graduação em Direito Empresarial e Tributário, com a integração do corpo docente de Mato Grosso e de São Paulo. As aulas serão quinzenais (sexta, sábado e domingo) e, de acordo com Bruno Castro, “o investimento está estimado em aproximadamente 21 parcelas de R\$ 540, valor abaixo do praticado em São Paulo”. As inscrições serão feitas pelo site da Mackenzie e a certificação também será emitida pela

instituição de ensino.

Aula magna - A aula magna está agendada para abril com o doutrinador Eduardo Sabbag, que também ministrará um módulo no curso de pós-graduação. “O início está programado para maio e a professora Thaís Cárnio está confirmada em Tributário. Conseguimos ainda o desembargador do TJSP e professor Manoel Justino Bezerra Filho, que ministrará um módulo de Empresarial. Enfim, serão excelentes docentes e um curso de grande qualidade. Estamos terminando de formatar a especialização e assim que estiver tudo certo divulgaremos com todos os detalhes”, informou Bruno Castro.



OAB/MT 80 anos movimentou Cáceres



A circulação do projeto OAB/MT 80 anos realizada entre os dias 4 e 7 de fevereiro em Cáceres superou as expectativas dos organizadores e movimentou a cidade alcançando mais de 1900 atendimentos diretos, além do público que assistiu às apresentações culturais realizadas em dois dias na Praça Barão do Rio Branco. O evento promoveu painéis com os advogados e advogadas da região, realizou encontros e debates com os profissionais, além de homenagear personalidades durante confraternização final, com a presença das diretorias da OAB/MT, CAA/MT e ESA/MT. “Depois de uma semana cheia de atividades, na manhã de sábado, por onde passei e de todos os lados fomos ‘bombardeados’ com elogios. Não imaginava tamanha

repercussão. Quero dividir esta enorme alegria com toda a equipe. Muito obrigado”, destacou o presidente da OAB/Cáceres, Eduardo Sortica. “Essa alegria também nos contagia e nos alimenta para que possamos dar continuidade ao projeto nas demais subseções do Estado. O sucesso alcançado é resultado da união de esforços dos membros do Comitê Gestor e da Subseção. Não cansamos de agradecer o apoio recebido de toda a diretoria e demais colegas de Cáceres”, sublinhou a vice-presidente da OAB/MT e coordenadora do Comitê Gestor do Projeto OAB/MT 80 Anos, Cláudia Aquino.

Exposição histórica e homenagens - O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, e o presidente da OAB/Cáceres, Eduardo Sortica, receberam homenagem da Câmara Municipal de Cáceres na programa-

ção da circulação do projeto na subseção. O Legislativo Municipal concedeu Moção de Louvor alusiva aos 80 anos da Seccional proposta pelo vereador Salmo César da Silva (PROS) e assinada pelos 11 vereadores que compõem a Casa. “Trabalhando em parceria poderemos desenvolver grandes ações em benefício desta região e consequentemente em favor da nossa população” defendeu Aude. A Exposição de Documentos Históricos foi levada na Subseção, ocasião em que o historiador Maurim Rodrigues contou a história do Direito e da OAB no Brasil e em Mato Grosso, e também à Praça da cidade. Oficialmente, a OAB de Cáceres foi criada em 1976, mas a Associação de Advogados que deu origem a subseção foi fundada em 1974 pelo ex-deputado Airton dos Reis.

Painel sobre mídia social - O plenário da 3ª Subseção ficou lotado durante o painel “Migração Digital, o Processo Eletrônico e as Mídias Sociais”. Cláudia Aquino mediu o debate, que também teve a participação do advogado e especialista Mario Olimpio Filho, o presidente da Subseção Eduardo Sortica, membros da diretoria e advogados. Um dos temas que mais chamou a atenção dos presentes foi a relação jurídica dos operadores do Direito com as mídias sociais. Conforme Mário Olimpio Filho, legislações frágeis transformaram a atuação na área um grande desafio.

Mais de 1200 alunos - Durante dois dias advogados debateram temas de interesse de estudantes de escolas de Cáceres como parte da programação do Projeto OAB/MT 80 Anos. A estimativa é de

que mais de 1200 alunos foram alcançados com as explicações. Além disso, cerca de 40 alunos da Apae e oito monitores participaram de atividades lúdicas e brincadeiras na sede da subseção no projeto “A Escola vai à OAB/MT”. Os estudantes debateram sobre direitos do menor aprendiz, bullying, questões sociais que envolvem aliciamento de menores, tráfico de drogas e muitos outros temas. As escolas que receberam advogados foram Mário Motta, Rodrigues Fontes, Demétrio Costa Pereira, CEOM, Freia Ambrosio, São Luiz e Ana Maria das Graças de Souza Noronha. Ministraram palestras a vice-presidente da OAB/MT e coordenadora do Comitê Gestor do Projeto OAB/MT 80 Anos, Cláudia Aquino, os advogados Marcelo Horn, Benedita Ivone Adorno, Eraldo Vieira de Azevedo, Renato Cesar Cunha,

Vinicius Segatto, Rosekelly Martinez, Evelyn Bocardi, Cleber de Souza, Ledson Catelan, Bruno Lindotte, Mario Olímpio e Fábio Capilé.

OAB/MT Cidadania - No último dia foi realizado o OAB/MT Cidadania, com serviços gratuitos para a população em diversas áreas, organizado pela Seccional em parceria com a Subseção, a Caixa de Assistência dos Advogados (distribuição de material de prevenção à DST/Aids para o carnaval), Prefeitura, Secretarias Municipais, Exército, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Procon, Detran, Pan-vet Veterinária (doação de cães e gatos), Instituto Cometa (distribuição de mudas), Unemat, Facmat, Sine/MT, Associação Comercial e Empresarial, Defensoria Pública, e outros.



SUBSEÇÕES

Confira o calendário até fim do ano

Até o final deste ano, o Projeto OAB/MT 80 Anos passará por dez Subseções para levar conhecimento, debate, cultura e serviços aos advogados e advogadas do interior e também às comunidades locais.

A programação completa já foi definida entre a coordenadora do Comitê Gestor do projeto e vice-presidente da Seccional, Cláudia Aquino de Oliveira, com os presidentes das subseções de forma a melhor planejar as ações. As datas foram propostas e fechadas em comum acordo com os presidentes das referidas subseções e aprovadas pela diretoria da Seccional. Até o final da gestão, em 2015, o Projeto OAB/MT 80 Anos percorrerá todas as 29 subseções da OAB/MT.

Após Cáceres, a subseção de Sorriso receberá a circulação entre os dias 18 a 21 de março e os preparativos já estão bastante adiantados. As outras subseções contempladas serão: Peixoto de Azevedo (2 a 4 de abril); Sinop (6 a 9 de maio, considerando que nos dias 8, 9 e 10 haverá o Colégio de Presidentes das Subseções); Mirassol D'Oeste (4 a 6 de junho); Juara (30 e 31 de julho e 1º de agosto); Nova Mutum (3 a 5 de setembro, pois em agosto haverá programações voltadas ao mês do advogado e também a Conferência Estadual da Advocacia); Primavera do Leste/Poxoréu (datas ainda serão definidas em virtude da Conferência Nacional dos Advogados no Rio de Janeiro); Juína (5 a 7 de novembro).

Comitê Gestor se reúne com subseções

A vice-presidente da OAB/MT e coordenadora do Comitê Gestor do Projeto OAB/MT 80 Anos, Cláudia Aquino, e o vice-presidente da Comissão do Jovem Advogado, Mario Olímpio de Medeiros Neto, se reuniram com as diretorias das Subseções de Sorriso, Sinop e Peixoto de Azevedo planejar as ações da circulação projeto. Também participaram do encontro conselheiros estaduais da região e advogados e advogadas. “Cada subseção é uma nova história que nasce. Essas visitas prévias estão sendo surpreendentes pelo número de advogados e advogadas presentes e pela receptividade do projeto, o que nos leva a crer que as próximas circulações poderão superar nossas expectativas”, enfatizou Aquino.

Esse primeiro contato tem como finalidade informar as subseções sobre a organização do evento, busca dos parceiros, definir as escolas onde haverá palestras, bem como ouvir dos dirigentes de cada subseção o que pretendem acrescentar na circulação do projeto, a exemplo do que ocorreu em Cáceres com noite cultural. Os presidentes das Subseções de Sorriso, Evandro Santos da Silva; Sinop, Felipe Guerra; e Peixoto de Azevedo, José Ribeiro Junior, colocaram-se à disposição dos parceiros - OAB/MT, ESA/MT e CAA/MT - para elaborar uma programação variada e de interesse da advocacia local e de toda a sociedade.

OAB/MT e Comissão prestam contas à advocacia de Cáceres

Durante a circulação do Projeto OAB/MT 80 Anos

na cidade de Cáceres, o presidente da Seccional, Maurício Aude, o presidente da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT), Leonardo Campos, e o presidente da Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios, Adriano Carrelo Silva, reuniram-se com dezenas de advogados e advogadas na sede da subseção e prestaram contas de todos os trabalhos realizados ao longo de 2013 e nos dois primeiros meses deste ano. Eles abordaram as ações durante o Encontro da Advocacia de Cáceres.

Maurício Aude ressaltou inúmeras conquistas da diretoria frente ao Conselho Nacional de Justiça e aos Tribunais de Justiça e do Trabalho como a concessão da liminar para suspender o provimento da Corregedoria-Geral da Justiça que autorizava conciliações por notários e registradores, as férias para a advocacia, dentre outros.

“Um dos objetivos foi ouvir os anseios e os reclamos da advocacia cacerense. Transmitimos a ela todas as ações da OAB/MT nesses 14 meses de gestão e fomos muito bem recebidos. Falamos sobre muitos projetos que ainda pretendemos desenvolver até 2015, bem como



ressaltamos a importância da participação de todos os advogados e advogadas para o fortalecimento da nossa classe”, resumiu Aude.

De acordo com o presidente da Ordem, também foram discutidos assuntos voltados à falta de juiz e servidores e o importante trabalho que as Comissões Temáticas vêm desenvolvendo no Estado. “Temos, apenas para exemplificar, a Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios, a qual tem atuado intensamente no combate de honorários aviltantes e conquistado a participação da OAB/MT como assistente simples em processos que envolvem pagamento de honorários; a Comissão de Acesso à Justiça, que obteve expressivos números de processos agilizados por meio do ‘Observatório do Judiciário’; os grandes eventos já realizados pelo Comitê Gestor do Projeto OAB/MT 80

Anos em oito municípios em parceria com nossas comissões temáticas e também os Tribunais de Ética e Disciplina e de Defesa das Prerrogativas, Ouvidoria, ESA/MT e CAA/MT”.

Adriano Carrelo ratificou convite aos advogados a integrarem a CDHA e estimulou-os a, em casos de decisões que aviltam seus honorários em primeira instância, informar a Seccional para que, no recurso, seja impetrado o pedido de assistência junto ao TJMT.

“Conseguimos decisões importantes e também realizamos o 1º Congresso Nacional de Honorários Advocatícios com a presença do vice-presidente da OAB Nacional, Cláudio Lamachia. Debates temas como honorários na advocacia pública, no novo CPC, a sociedade de advogados e a campanha nacional de defesa de honorários. Estamos abertos para receber mais membros e nos ajudar nesse importante trabalho”.



Seccional requer que TJMT retorne publicações no youtube

A diretoria da OAB/MT requereu o retorno da disponibilização das sessões de julgamentos do Tribunal de Justiça no canal de vídeos www.youtube.com. O presidente da Seccional, Maurício Aude, destacou que a ferramenta existia, porém, há algum tempo não vem sendo atualizada. “Os vídeos das sessões se mostraram uma importante ferramenta aos advogados, principalmente àqueles que exercem a advocacia no interior do nosso Estado, que possui distâncias continentais, permitindo aos advogados, e até mesmo às partes, que possam rever as sessões depois que não se encontrem mais hospedadas no site deste Tribunal”, explicou. Assim, Aude requereu ao presidente do TJMT, des. Orlando Perri, por meio de ofício que seja disponibilizada novamente a ferramenta para ampliar a transparência e o acesso à informação pela sociedade.

Distribuição em período integral - A diretoria da OAB/MT informa aos advogados e advogadas que a partir do dia 17 de fevereiro a distribuição regular de processos pelo Departamento Judiciário Auxiliar do Tribunal de Justiça será realizada em período integral, isto é, das 8h às 19h, sempre nos dias úteis. A notícia foi transmitida à Ordem pela Coordenadoria Judiciária e está publicada no Diário da Justiça Eletrônico, edição

9234, página 9.

Para os diretores da Seccional, a iniciativa é muito bem vinda. “Esperamos que o trâmite dos processos seja mais célere, o que beneficiará os jurisdicionados, os quais, pelo menos em tese, não precisarão mais aguardar por dias ou até meses para ter seu processo distribuído”.

A distribuição dos processos em tempo integral também é uma das lutas da OAB/MT. “Acreditamos que essa medida melhorará o atendimento prestado pelo Poder Judiciário, pois a distribuição feita somente no período vespertino acabava por obstar mais o trâmite processual, o que vai contra a Constituição Federal que prevê, em seu artigo 93, inciso XV, a distribuição de processos de forma imediata, em todos os graus de jurisdição, e artigo 5º, inciso LXXVIII, o qual assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Alteração de horários na TRU - As sessões ordinárias da Turma Recursal Única do TJMT agendadas até maio, que caírem às quintas-feiras, foram redesignadas para a sexta-feira subsequente, conforme Portaria 01/2014, por causa de reformas nos plenários.

Pós-Graduação *Lato Sensu* em **DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO** Turma 2014/1 – Aulas 100% presenciais

Coordenação:

Antônio Umberto Souza Júnior

Mestre em Direito pela UnB/DF e Juiz de Trabalho/DF;

Rui César Públio Borges Corrêa

Doutor em Direito pela PUC/SP e Juiz de Trabalho/SP;

José Gervásio Abrão Meireles

Especialista em Direito Constitucional pela UNB/DF e
Juiz de Trabalho/DF



**AULA INAUGURAL
21/02/2014**

**1ª TURMA
EM SINOP**

www.grupoatame.com.br

Tel.: (65) **3321-9000**



CAA/MT

Presidente da CAA/MT faz balanço da gestão e apresenta novos projetos

Cuiabano de nascimento e poconeano de coração, Leonardo Pio da Silva Campos, 35 anos, casado com a advogada Luciana Póvoas Lemos, pai de um filho, preside, pelo segundo mandato, a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), entidade pertencente ao Sistema OAB. Especialista em Direito Empresarial e em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, ele foi presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB/MT entre os anos de 2004 e 2009. Durante esse período, foi membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) e vice-presidente da Associação dos Advogados Agroambientalistas de Mato Grosso. Atualmente, divide seu tempo entre o escritório de advocacia, a coordenação geral das Comissões Temáticas da OAB/MT e secretaria geral da Comissão Nacional de Meio Ambiente do Conselho Federal da OAB. Nesta entrevista, Leonardo Campos, faz um balanço do primeiro ano da segunda gestão à frente da CAA/MT e apresenta novos projetos e ações em prol da advocacia mato-grossense.

Presidente, o que é mais difícil: a primeira gestão ou o segundo mandato? Com certeza, o primeiro ano da primeira gestão é mais difícil porque é tudo novo. Você encontra situações que não estava habituado. E, quando assumimos a gestão da Caixa de Assistência em 2010, não tínhamos noção de como a entidade poderia ajudar aos advogados, uma vez que muitos não utilizavam os serviços oferecidos pela falta de acesso aos mesmos. Nosso primeiro desafio foi criar serviços que atendessem aos advogados; num segundo momento, fazer com que eles chegassem aos colegas. Não adiantava disponibilizar o plano de previdência OABPrev se os advogados não sabiam o que era e como funcionava; não adiantava oferecer o plano de saúde se esse benefício não chegava ao profissional do interior; não adiantava ter uma livraria se a mesma não percorria o estado. Precisávamos, também, saber se os serviços existentes atendiam aos anseios da advocacia de forma a auxiliar o desempenho da profissão, facilitando o dia-a-dia e assegurando o bem-estar familiar de todos. Tínhamos que criar mais serviços e fazer com que chegassem ao interior. Hoje, por exemplo, você pega um Auxílio Maternidade, criado em 2011, segundo ano da primeira gestão, que atende advogadas não só Mato Grosso, mas que tem inscrição aqui e, por uma causa e outra, residem fora e que são beneficiárias desse auxílio. Isso acontece porque, hoje, elas conhecem e utilizam desse benefício, ou seja, por meio de nossas ferramentas de comunicação, a presença da Caixa no cotidiano dos advogados passou a ser fundamental para os colegas. De outro norte, aumenta a cobrança pela qualidade do serviço. Agora, estamos numa outra fase. Antes, nossa preocupação era disponibilizar serviços e fazer com que eles chegassem aos advogados. Neste segundo mandato, temos que ampliar os serviços e aprimorar a qualidade deles. Cada vez mais somos cobrados por isso.

Falando em serviços e benefícios, como o senhor avalia a atuação da Caixa de Assistência em 2013? Foi um ano extremamente produtivo, pois avançamos em várias áreas e, principalmente, no número de atendimentos. Conseguimos ter uma radiografia do que estava chegando ou não aos advogados. Se levamos em consideração que temos 15.000 profissionais inscritos na OAB, sendo 11.000 ativos, fechamos um ano com mais de 8.500 atendimentos é uma demonstração que nossos serviços têm chegado, diretamente, nos advogados e sociedade de modo geral. Entretanto, é preciso estar mais próximo dos colegas advogados.

Então, o que fazer para que haja essa maior aproximação entre Caixa de Assistência e profissionais do Direito? Em 2013, inovamos ao levar para os escritórios de advocacia nossas campanhas de saúde. A partir de agora, aprimoraremos essa ação, que foi bem recebida por toda a classe, que aprovou a ideia da oferta de vários serviços em seu local de trabalho. Isso não quer dizer que abandonaremos nossas



ações nos fóruns e salas da OAB, não. Faremos uma campanha dupla tanto nos fóruns quanto nos escritórios. Aproveito para conchamar nossos representantes do interior, os Delegados, para que se mobilizem e realizem atividades em suas regiões, especialmente, março e agosto, meses em que celebramos o Mês da Mulher e o Mês dos Advogados, respectivamente.

Entre outros avanços, a primeira gestão foi marcada pela construção do Centro de Saúde dos Advogados de Cuiabá. Podemos afirmar que o Estacionamento dos Advogados é o grande empreendimento do segundo mandato? Acredito que sim. Inauguramos o Estacionamento dos Advogados que, desde que assumimos a Caixa de Assistência em 2010, era uma promessa que devíamos à advocacia. Graças a Deus, em novembro do ano passado, inauguramos essa obra maravilhosa que tem servido à classe de modo muito exemplar. Entregamos aos colegas um local de convívio de primeira, cafeteria, lanchonete, espaço confortável, climatizado, coberto e asfaltado que pode receber com segurança e conforto o advogado enquanto realiza seus serviços forenses no complexo judiciário da capital. O estacionamento é um marco. Uma obra elogiada, assim como o centro de saúde, por todos. Virou uma obra referência para outros estados. Todos querem vir aqui e ver como é que funciona o nosso estacionamento.

O que mais o senhor destacaria em 2013? Resgatamos um antigo sonho que era a Corrida dos Advogados. No dia 1º de setembro, ela foi realizada, fechando, com chave de ouro, a programação do Mês dos Advogados. A nossa corrida nasceu grande e superando nossas expectativas. Seguindo uma tendência nacional, de conscientização de toda a sociedade, a nossa advocacia não poderia ficar de fora já que tem uma grande parcela de advogados e estagiários que são praticantes do esporte e clamavam, há muito tempo, por uma corrida. Além disso, percebemos que várias Seccionais já faziam isso e tinham tradição na realização de corridas como o Distrito Federal. Mato Grosso ainda não estava inserido nesse circuito mesmo sendo Cuiabá uma das capitais que mais tem corrida de ruas no Brasil. Como a primeira edição foi um sucesso total, já estamos trabalhando para que a próxima Corrida dos Advogados, a ser realizada em 31 de agosto, seja melhor ainda. Posso adiantar que o número de participantes será aumentado de 300 para 600.

Diante do exposto, podemos afirmar que 2013 foi um ano positivo para a CAA/MT? Sim. Foi um dos anos mais atuantes da Caixa de Assistência a exemplo de 2012 em que inauguramos o Centro de Saúde dos Advogados de Cuiabá. Encerramos o primeiro ano da segunda gestão com a consciência tranquila de ter o dever cumprido, sabendo que estamos, de fato, retornando aos advogados muito mais que eles

pagam de anuidade. Hoje, concretamente, os colegas sentem, nos vários atos e ações de seu dia a dia profissional, que sua anuidade é devolvida. Isso ocorre por meio de nossas caravanas que percorrem todo o estado, levando nossos serviços; por meio dos mais de 800 convênios firmados com empresas de todo Mato Grosso que prestam serviço ou fornecem produto com desconto; e, também, da certificação digital que, cada vez mais, estamos trabalhando para baixar o preço dos certificados, leitora e token. Destaco, ainda, o plano de Saúde da Unimed e o de previdência complementar OABPrev, cujo estado é campeão, pelo terceiro quadrimestre seguido, no número de aportes e comercializações de nossa região.

Existe a previsão de oferta de novos serviços da CAA/MT para 2014? Sim, com certeza. Um deles é o plano Unimed Fácil que estamos trabalhando desde 2010 e que dependia da burocracia da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Também retomaremos o plano odontológico nacional para os advogados. Outro grande desafio dessa gestão será levar aos advogados pessoas físicas o Seguro Saúde que já disponibilizamos aos de pessoas jurídicas e que permite atendimento nos hospitais de alto custo de São Paulo Sírio Libanês e Albert Einstein.

Investimentos em projetos e ações de saúde continuam a ser o foco dessa gestão? Isso mesmo. Nosso mote sempre foi “Cuidando dos Advogados”, daí o direcionamento de nossos esforços para essa área. Em verdade, direcionamos nossas ações àquilo que vem ao encontro das reais necessidades de nossa classe. É por isso que, adiante aqui, a disponibilização do plano Unimed Fácil voltado, exclusivamente, para a Jovem Advocacia. Outro benefício em que estamos empenhados é a liberação da unidade de pronto atendimento da Unimed, localizada na Rua Barão de Melgaço (Cuiabá), para os advogados que não possuem plano de saúde. Nossa ideia é que esse profissional se encaminhe para lá e realiza consultas e exames a preço diferenciado.

Além da implementação dos serviços na área da saúde, o que os advogados podem esperar da CAA/MT, em termos de benefícios, para 2014? Um benefício que já está nas mãos de nosso Diretor Tesoureiro é a realização de um grande convênio com operadoras de crédito que disponibilizarão máquinas de cartão para o recebimento dos honorários com taxa de administração mais barata aos profissionais da advocacia. As propostas estão em estudo e deverão apresentar diferenciais que impactem, de forma positiva e direta, na vida dos colegas advogados que, agora com a autorização para recebimento de seus honorários via cartão de débito e crédito, passam a ter um renda segura. As máquinas de cartão facilitarão a vida dos clientes que ganham opções nas formas de pagamento e assegurarão maior transparência na circulação dos honorários e receitas dos advogados.

E o Programa Anuidade Zero da CAA/MT? Estamos finalizando conversa com o nosso parceiro Promad (Programa de Modernização da Advocacia) que é o principal veículo de que já temos os recursos em conta corrente. O montante existente será distribuído àqueles que são detentores dos valores. A Caixa de Assistência devolverá, em dinheiro, o valor da anuidade paga.



CAA / MT

Ação de Carnaval percorre escritórios de advocacia

Mais uma vez, a Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT) inova em suas ações. Desta vez, a campanha para conscientização no Carnaval “A ordem é pular com responsabilidade” deixou de ocorrer apenas nas salas da OAB e Varas do Fórum de Cuiabá, para chegar aos escritórios de advocacia.

“Esta foi a maneira encontrada para que nossa campanha chegasse, de fato, aos colegas advogados e estagiários e, pela receptividade encontrada por nós em cada escritório, essa blitz da conscientização mostrou-se muito positiva”, explica o presidente da CAA/MT, Leonardo Pio da Silva Campos.

O advogado Paulo de Brito Cândido aprovou a iniciativa. “Isso mostra o dinamismo da Caixa de Assistência”. Para o advogado Christiano César, mais que receber o kit da campanha, a presença de membros da Diretoria da CAA/MT foi uma oportunidade para conhecer, com mais detalhes, todos os benefícios a que tem direito. “Louvável o trabalho da entidade que mostra, com essa ação, a excelente administração”, completa o advogado Manoelito da Silva.

Cada profissional do Direito recebeu um leque



de papel com dizeres destacando a importância da não combinação de álcool e direção de veículos e do uso do preservativo nas relações sexuais. Esta ação da CAA/MT teve o apoio da Secretaria de Estado de Saúde que doou os preservativos

distribuídos.

Além do presidente, Leonardo Pio da Silva Campos, participaram das visitas aos escritórios o secretário-geral, Helmut Flávio Preza Daltro, e o diretor tesoureiro, Leonardo Vergani.

Presidente presta contas à advocacia de Cáceres



Nova ferramenta para consulta de convênios já está disponível no site

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) disponibiliza uma nova ferramenta para consulta de convênios em seu site. Agora, com um layout mais clean, a página oferece maior agilidade na busca de uma das mais de 800 empresas de Mato Grosso e de outros estados brasileiros que oferecem descontos aos advogados e estagiários da OAB/MT.

De acordo com a executiva de convênios da CAA/MT, Heloene Melo, o sistema antigo permitia ao profissional da advocacia a pesquisa por município ou categoria. “Com a implementação da nova ferramenta, a localização de um convênio pode ser feita, também, por meio da digitação do nome do estabelecimento que se pretende consultar”.

O presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), Leonardo Pio da Silva Campos, apresentou o balanço das ações realizadas pela entidade em 2013. A prestação de contas foi feita durante encontro com advogados no auditório da Subseção da OAB/Cáceres, em 07 de fevereiro, que contou com a participação do secretário-geral da CAA/MT, Helmut Flávio Preza Daltro, membros das diretorias da OAB/MT e OAB/Cáceres e advogados do município.

“Mais importante que expor o número de atendimentos e projetos, é mostrar que nossos serviços beneficiam tanto os advogados da capital quanto do interior. Afinal, o valor da anuidade que se paga é o mesmo.

Desde nossa primeira gestão, em 2010, esse sempre foi nosso desafio. Hoje, temos a certeza que a interiorização de nossos benefícios ocorre, de fato”, explica o presidente da CAA/MT.

Entre os projetos de maior penetração no interior estão a Caravana da Caixa e as campanhas de saúde. Ao longo do ano, essas ações oportunizaram aos advogados e advogadas acesso aos serviços de certificação digital, plano de previdência com-

plementar, livreria, vacinação e testes rápidos de saúde.

O fortalecimento da Colônia de Férias da CAA/MT no interior de Mato Grosso é uma das metas para 2014. Segundo Leonardo Pio da Silva Campos, depois da boa receptividade observada em Barra do Garças, já há projeto para realização de edições da colônia de férias em Sinop, Rondonópolis, Primavera do Leste e Cáceres.

“Outro importantíssimo trabalho realizado pela Caixa de Assistência é o de celebração de convênios. Tão fundamental quanto nossos Delegados que nos representam no interior são os senhores, colegas advogados. Precisamos do apoio da advocacia no sentido de indicar estabelecimentos que ofereçam produtos de qualidade, atendimento exclusivo e preço diferenciado”, enfatiza o presidente da CAA/MT.

A inauguração do Estacionamento dos Advogados, a oferta de descontos a todos os profissionais da advocacia nas unidades do Centro de Saúde dos Advogados em Cuiabá e Rondonópolis, e os auxílios funeral e maternidade foram assuntos abordados durante o encontro, em Cáceres.

MARÇO SEMPRE

Mulher

ALTA FLORESTA

06/03 – Quinta-feira

19h - Palestra sobre cuidados da saúde da mulher e testes de glicemia

Local – OAB/Alta Floresta

07/03 – Sexta-feira

19h – Palestra: A mulher no trabalho
Palestrante – Dra. Maria Antônia (Delegada Regional da Polícia Judiciária Civil de Sinop)

Local – OAB/Alta Floresta

08/03 – Sábado

9h – Café da manhã em comemoração ao Dia Internacional da Mulher

Local – OAB/Alta Floresta

BARRA DO GARÇAS

07/03 – Sexta-feira

17h – Palestra e confraternização em comemoração ao Dia Internacional da Mulher

Local – OAB/Barra do Garças

CUIABÁ

20/02 – Quinta-feira

8h – Cerimônia de abertura da 4ª edição do Março Sempre Mulher com o lançamento da agenda de ações dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em parceria com a Superintendência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres durante o Simpósio Internacional “Humanismo, Psicanálise e Justiça”

Local – Plenário do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

07/03 – Sexta-feira

8h – Lançamento do projeto do Sistema OAB/MT “Março Sempre Mulher”

Local – Saguão do TRT-MT

15h – Lançamento do projeto do Sistema OAB/MT “Março Sempre Mulher”

Local – Sala da OAB no Fórum Cível e Criminal

11/03 – Terça-feira

9h – Posse da Diretoria da Comissão de Direito da Mulher da OAB/MT e homenagem às advogadas e mulheres de destaque

Local – OAB/MT

12/03 – Quarta-feira

18h30 – Vídeo-fórum de debate sobre temas relacionados às mulheres em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

Local – Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT)

14/03 – Sexta-feira

18h – Happy Hour Cultural

Local – Estacionamento dos Advogados (próximo ao Fórum)

15/03 – Sábado

9h – Debate sobre violência doméstica, coordenada pela advogada e defensora pública Dra. Ruth Santana Rodrigues no III Encontro de Mulheres com Deficiência Visual promovido pela Associação Mato-grossense dos Cegos (AMC)

Local – Centro de Apoio e Suporte à Inclusão da Educação Especial – Casies (Rua dos Crisântemos, 16, Jardim Cuiabá)

19/03 – Quarta-feira

18h30 - Vídeo-fórum de debate sobre temas relacionados às mulheres em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

PROGRAMAÇÃO ESTADUAL 2014

Local – Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT)

24 a 28/03 – Segunda a sexta-feira

13h às 17h – Projeto “Semana da Mulher CAA/MT” com a oferta, gratuita, de serviços de saúde e estética

Local – Escritórios de advocacia da Avenida do CPA

28/03 – Sexta-feira

A partir das 18h - Confraternização ao Dia Internacional da Mulher e entrega de Auxílios Maternidade

Local – Centro de Saúde dos Advogados de Cuiabá (Avenida Aclimação, 701, Bosque da Saúde)

31/03 – Segunda-feira

9h às 17h – Feira das Mulheres /Economia Solidária (comercialização de produtos artesanais, distribuição e orientação sobre a Lei Maria da Penha)

Local – Estacionamento da sede da Defensoria Pública/MT – Centro Político Administrativo

NOVA XAVANTINA

28/02 – Sexta-feira

19h30 - Curso de maquiagem e confraternização em celebração ao Dia Internacional da Mulher*

Local – Sindicato Rural

*Necessário confirmar presença: (66) 3438-2976

PARANATINGA

07/03 – Sexta-feira

12h às 17h – Confraternização ao Dia Internacional da Mulher com dicas de beleza

Local – Salão do Tribunal do Júri

PONTES E LACERDA

01/03 – Sábado

11h – Mesa-redonda no Programa Vitrine com temas voltados à mulher

Local – Sede da filial do SBT

03 a 08/03 – Segunda-feira a sábado

Membros da OAB/Pontes e Lacerda participam de reportagens no programa Informativo Jornal da Rádio Jornal AM (Tema: A mulher e a maternidade responsável), no jornal da TV Guaporei Record (Tema: Os avanços da mulher no mercado de trabalho) e jornal da TV Brasil Oeste SBT (Tema: Mulher, data de lamentos e comemorações)

07/03 – Sexta-feira

18h – Happy Hour da Mulher

Local – OAB/Pontes e Lacerda

PRIMAVERA DO LESTE

08/03 – Sábado

16h – Caminhada contra a violência da mulher em parceria com o Conselho Municipal da Mulher

Local – Praça de eventos

09/03 – Domingo

19h – Panfletagem contra a violência à mulher em parceria com o Conselho Municipal da Mulher

Local – Pista de caminhada

11/03 – Terça-feira

19h – Palestra “Violência Doméstica” realizada pela OAB/Primavera do Leste, Comissão Municipal da Mulher e Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso

Local – Escola Municipal Marechal Cândido Rondon - Bairro Primavera III

13/03 – Quinta-feira

14h – Tarde de beleza e café da tarde com reeducandas da Cadeia Pública de Primavera do Leste

Local – Cadeia Pública

RONDONÓPOLIS

07/03 – Sexta-feira

17h – Confraternização com massoterapia, dicas de maquiagem,

degustação de vinhos e “bate-papo” com a advogada Juliana Siqueira Barros, a Magistrada Dra. Maria Mazarelo Farias Pinto, a sexóloga Dra. Franciele Minotto, e a psicóloga e conciliadora do E.TRT23 Solange Dias

Local: OAB/Rondonópolis

SINOP

24 a 28/02 – Segunda a sexta-feira

Semana de trabalho social com advogadas em bairros carentes

06/03 – Quinta-feira

17h – Chá da tarde com as advogadas e curso de visagismo

Local – Pasô Lounge Bar

SORRISO

17 a 21/03 – Segunda a sexta-feira

Caravana CAA/MT disponibilizando os serviços de certificação digital,

livraria, OABPrev e seguros

Local – OAB/Sorriso

20/03 – Quinta-feira

Lançamento do projeto OAB/Mulher durante a circulação do Projeto OAB 80 Anos

Local – OAB/Sorriso

TANGARÁ DA SERRA

07/03 – Sexta-feira

15h - 1º Chá da Tarde

Local – Fórum Cível e Criminal

15/03 – Sábado

8h às 17h30 – 2ª Conferência Mulher Empreendedora
Palestra: Motivando talentos e expandindo o pensamento criativo

Palestrante – Esp. Tiney Mesquita

Palestra: Stress e qualidade de vida

Palestrante - Esp. Ana Cristina Boscolo

Palestra: Inteligência Emocional

Facilitadora – Iracema Irigaray

Local: OAB/Tangará da Serra

VÁRZEA GRANDE

07/03 – Sexta-feira

8h – Café da manhã para servidoras do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande (DAE/VG) e orientações sobre os direitos da mulher

Local – DAE/VG

27/03 – Quinta-feira

19h – Roda de conversa “A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres”

1ª exposição – Empoderamento econômico

2ª exposição – Participação nos espaços públicos de poder

3ª exposição – Essência feminina

Local – OAB/Várzea Grande



COMISSÕES

Advogados de Lucas e Mutum elogiam atuação de diretoria

Duas reuniões consideradas produtivas e muito gratificantes foram realizadas em Nova Mutum e Lucas do Rio Verde pelas diretorias da OAB/MT, ESA/MT e CAA/MT. “Tivemos a oportunidade de abordar as ações que fizemos em defesa da advocacia e ouvir os anseios e preocupações dos colegas daquela região para buscarmos soluções junto aos órgãos competentes”, ressaltou o presidente da Seccional, Maurício Aude.

O presidente da OAB/MT abordou as conquistas junto ao Conselho Nacional de Justiça da concessão da liminar para suspender o provimento da Corregedoria-Geral da Justiça que autorizava conciliações por notários e registradores; o deferimento do período de férias

para a advocacia junto ao TRT/MT, TRE/MT e ao TJMT; da atuação como assistente simples na defesa dos advogados que tiveram seus honorários aviltados por juízo de primeiro grau; das ações do Tribunal de Ética e Disciplina no julgamento célere dos processos éticos; do Tribunal de Defesa das Prerrogativas, na defesa dos colegas e realização de desagravos; das Comissões Temáticas e Ouvidoria, entre outros.

O presidente da Subseção de Nova Mutum, Cesar Boni, destacou a importância da prestação de contas por parte da Seccional para que os advogados conheçam as conquistas efetivadas pelas gestões da Ordem, Escola e Caixa. Cerca de 24 profissionais participaram da reunião e ficaram muito satisfeitos com o que ouviram. “Eles gostaram principalmente da atuação

da OAB/MT junto ao Tribunal de Justiça que publicou no início do ano provimento para extinguir o Protocolo Integrado.

Muitos não sabiam da agilidade com que a diretoria da Seccional buscou para evitar prejuízos para todos. Outro destaque foram as ações em prol da defesa dos honorários advocatícios apresentadas pelo vice-presidente da Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios, Matheus Cunha”.

O presidente da Escola Superior de Advocacia, Bruno Castro, falou dos cursos e eventos já realizados e do planejamento para 2014, que inclui pós-graduação em Direito Tributário e Empresarial em parceria com a Faculdade Mackenzie.

Na OAB/Lucas do Rio Verde, cerca de 50 advogados participaram



da reunião e tiraram dúvidas quanto ao trabalho realizado em defesa dos honorários advocatícios, em especial a recente atuação da OAB/MT em face do juiz e promotor de Justiça que alteraram judicialmente a liberação de alvará que havia sido expedido em nome de um advogado, sem motivação legal; a defesa da violação de prerrogativas e da nova Comissão de Defesa da Atividade Advocatícia.

Na ocasião foram entregues certidões para dois novos advogados e estagiários. “Também



tivemos um grande público nas palestras realizadas pelo dr Bruno Castro e pelo vice-presidente da Comissão de Direito Civil e Processo Civil, Welder Queiroz. Cerca de 300 pessoas

participaram do evento que foi parceria do OAB Solidária, onde também foram homenageados os advogados que trabalharam para o sucesso do projeto”, afirmou Abel Sguarezi.

OAB/Lucas requer apoio de Dilma para projetos



As diretorias da OAB/MT e da Subseção de Lucas do Rio Verde entregaram ofício à presidente da República, Dilma Rousseff, para requerer a tramitação em caráter de urgência dos projetos de lei que promovem melhorias para a advocacia brasileira e, por consequência, para a sociedade. Ela esteve em Lucas para o lançamento simbólico da colheita da safra de soja 2013/2014, com o ministro da Agricultura, Antônio Andrade, e o governador do Estado, Silval Barbosa. O presidente da OAB/Lucas, Abel Sguarezi, representou a Ordem no evento.

No ofício, também assinado pelo presidente da Seccional, Maurício Aude, são destacados os projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional que visem não apenas a valorização profissional, mas, a atuação dos advogados e advogadas na defesa dos direitos

do cidadão, conforme preconiza a Constituição Federal. Assim, entre os projetos estão os relativos à inserção da Advocacia no Simples Nacional (PL 105/2011); à criminalização da violação das prerrogativas (PL 4.915/2005) no Código Penal; além das alterações propostas no Código de Processo Civil acerca das férias dos advogados e honorários advocatícios, entre outros (PL 8.046/2010).

A inserção da advocacia no Simples Nacional visa promover autêntica justiça tributária, além de beneficiar o profissional em início de carreira e que atuam sozinho, retirando da informalidade um grande número de advogados e aumentar a arrecadação. Com a aprovação final deste projeto de lei, cerca de 90% dos 800 mil profissionais serão beneficiados.

Em relação à criminalização da violação de

prerrogativas, o projeto criminaliza a violação de direitos e prerrogativas do advogado, tipifica o crime de violação de direitos e prerrogativas do advogado, desde que a violação impeça ou limite a atuação profissional, criando pena de seis meses a dois anos de prisão para quem violar as prerrogativas e, se o ato resultar em prejuízo ao interesse do advogado, a pena aumenta de um sexto até a metade. O texto tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e conta com parecer favorável à sua aprovação pelo relator Marcelo Ortiz (PV-SP). O Projeto de Lei nº 8.046/2010, aprovado em novembro de 2013 pela Câmara Federal, prevê diversas mudanças como o fim da compensação de honorários, a sua percepção pela pessoa jurídica e os honorários recursais, com regras que impedem o aviltamento na fixação

do valor da sucumbência. Também foram aprovadas as regras que determinam a contagem de prazos em dias úteis, férias para os advogados, ordem cronológica para julgamentos, intimação na sociedade de advogados e carga rápida em 6 horas; além da estipulação de 10% de honorários, além da multa no mesmo percentual, pelo descumprimento do pagamento (os honorários deixam de ser estipulados a critério do magistrado); entre outros. Ao final, os advogados requerem à presidente da República que solicite ao Congresso Nacional que os referidos projetos de lei sejam analisados em caráter de urgência urgentíssima.

REUNIÃO COM PRESIDENTE DO TRT/MT

O presidente da OAB de Lucas do Rio Verde, Abel Sguarezi, participou de reunião com o presidente do TRT/MT, desembargador Edson Bueno, e autoridades locais e optaram por realizar no dia 18 de março audiência pública no município para discutir os impactos sociais ocasionados pela grande rotatividade na mão-de-obra de uma



das maiores unidades frigoríficas da empresa BRF, instalada na cidade. “Tivemos a representação de diversos representantes de sindicatos e vamos organizar o evento do dia 18 com a participação de autoridades, trabalhadores e a sociedade civil. Juntos, vamos buscar alternativas para os inúmeros empregados cujas causas estão em tramitação. Alguns podem ser treinados para outras funções, outros que desejarem retornar a sua cidade origem precisam de subsídio, enfim, vamos colaborar para o que for necessário”, pontuou Abel Sguarezi.

A reunião foi agendada em virtude do TRT/MT ter detectado um crescimento atípico no número de novas ações na Vara do Trabalho do município, bem como a concentração deles em uma mesma empresa, a BRF. Segundo

dados levantados pela estatística do tribunal, a quantidade de ações ajuizadas na Vara de Lucas do Rio Verde saltou 67% no comparativo 2013/2012, alcançando a marca de 2.270 processos. Desse total, aproximadamente 70% envolveram demandas contra a multinacional do ramo alimentício e de proteína animal, que conta com cerca de 4.700 empregados na unidade local, segundo informações da prefeitura. Relatos dão conta de que trabalhadores que vêm de outros Estados para trabalhar na unidade e estão sendo dispensados e acabam criando uma demanda crescente na região, seja na Justiça do Trabalho, seja por serviços básicos como os de saúde, moradia e educação. Há casos, inclusive, de desempregados que acabam se envolvendo em atividades ilícitas.

SUBSEÇÕES

OAB/Nova Mutum pede solução urgente

O secretário-geral da OAB/MT, Daniel Teixeira, o presidente da Subseção de Nova Mutum, Cesar Roberto Boni, e o advogado Maurício Matias se reuniram com o juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça, Luiz Octávio Sabóia e pediram o apoio para solucionar urgentemente situações relacionadas à prestação jurisdicional. Uma das maiores preocupações do presidente da OAB/Nova Mutum é a saída de um juiz da comarca e a consequente cumulação de varas por uma magistrada que atua na cidade de Nobres. “Sabemos que o quadro da magistratura está deficitário em todo o Estado, mas alguma medida deve ser tomada para que a situação não traga mais prejuízo para a sociedade. Temos nos reunido constantemente com o presidente do TJMT e reconhecemos o esforço que está sendo empreendido para amenizar os problemas, uma vez que a solução definitiva seria a realização de concurso para juízes e

servidores. Contudo, continuaremos com o diálogo, cobrando atitudes enérgicas para mudar esse cenário”, garantiu Daniel Teixeira.

Para Cesar Boni, “esse cenário tem causado transtornos para a advocacia e para a sociedade e falta pouco para se instalar um caos geral na comarca. Além do problema de cumulação de varas, Nova Mutum é a 12ª comarca que mais arrecada com custas processuais e precisa de uma terceira vara em virtude da crescente demanda de processos ajuizados e, também, de ampliação e reformas. Para se ter uma ideia, um terreno foi doado para o TJMT em 2007 e até agora nada foi feito com ele. De 2007 para cá houve um incremento de 5.284 processos, totalizando 13.478, sendo que todo mês cerca de 460 novas ações são ajuizadas”.

O juiz Luiz Sabóia ressaltou que, inicialmente, não há como remanejar magistrado para Nova Mutum,



pois outra comarca ficará desguarnecida de juiz. “Hoje é necessário 35 a 40 magistrados para suprir a necessidade do Estado e estamos em conversa com o Poder Executivo para tentarmos fazer concurso público para preencher esse déficit. No caso de Nova Mutum, vamos abrir processo de remoção em março”.



OAB/Primavera realiza encontro com prefeito

A diretoria da Subseção de Primavera do Leste se reuniu com o prefeito do município, Érico Piana, com o objetivo de estreitar o relacionamento e debater questões de interesse da sociedade local. Conforme o presidente da subseção, Nelson Aparecido Manoel Junior, “o encontro é parte do projeto “Bom dia OAB”, o qual foi instituído nesta gestão justamente para aproximar a OAB/Primavera dos órgãos públicos e discutirmos assuntos de interesse da advocacia e da sociedade”. O advogado acrescentou que o projeto será realizado uma vez por mês, sempre com a presença de autoridades locais.

Novos valores e forma de recolhimento no STJ

Os valores e a forma de recolhimento de custas processuais e de porte de remessa e retorno dos autos sofrerão alterações no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A resolução que estabelece a nova tabela e os novos procedimentos para recolhimento foi publicada e passa a valer em março. De acordo com o normativo, o pagamento das custas processuais será feito exclusivamente por meio de GRU-cobrança, emitida diretamente pelo site do STJ. O procedimento para emissão da guia também ficou mais simples e rápido. Basta acessar o Espaço do Advogado e preencher o formulário eletrônico. www.stj.jus.br

Não há mais a necessidade de preencher diversos códigos (código de recolhimento, unidade gestora, gestão e número de referência) e, no caso de custas processuais, o valor é preenchido automaticamente pelo sistema com base na tabela de custas vigente. Outra novidade é que a GRU-cobrança poderá ser paga em qualquer instituição bancária e não mais apenas no Banco do Brasil. A partir da emissão, o usuário terá 15 dias para efetuar o pagamento. Serviços administrativos, como certidões, cópias e extração de carta de sentença, continuarão sendo pagos por meio da GRU simples ou diretamente na Seção de Programação Financeira, localizada no edifício da Administração, primeiro andar, na sede do STJ, em Brasília. As regras da nova regulamentação entram em vigor a partir de 7 de março de 2014.

OAB/Tangará é modelo de acessibilidade



A OAB/Tangará da Serra é um exemplo a ser seguido no diz respeito à acessibilidade, pois possui rampas e segurança aos cidadãos. Ao construir o prédio, o presidente da subseção, Josemar Carmerino dos Santos, preocupou-se em oferecer essas condições, principalmente às pessoas com deficiência visual e física ou com mobilidade reduzida.

Inaugurada em outubro de 2012, o prédio apresenta pisos táteis, de alerta e direcional, em sua totalidade, além das rampas de acesso. “Quando estávamos construindo a nova sede da subseção, eu, sendo um cadeirante, um deficiente físico, também me preocupei com os deficientes visuais. Então fizemos a calçada como a lei determina para acesso de cadeirantes e piso tátil em todo o entorno da OAB/Tangará para dar acessibilidade também a esses deficientes [visuais]”, contou Josemar Carmerino.

Ele destacou que a aplicação da lei de acessibilidade trará benefícios não somente aos deficientes físicos ou visuais, mas para toda a população. “Temos vários tipos de calçadas em Tangará da Serra e com a padronização, com pisos táteis a deficientes visuais e outras melhorias vamos verificar que as pessoas deixarão de andar nas ruas e passarão a andar nas calçadas, como é o certo”.

Curso telepresencial - A diretoria da Subseção de Tangará da Serra realizou a aula inaugural do



curso telepresencial com o tema “Debates sobre temas polêmicos de direito do trabalho” com a participação de aproximadamente 50 participantes. O encontro ocorreu no auditório da subseção. O presidente da OAB/Tangará da Serra, Josemar Carmerino dos Santos, informou que “esse primeiro contato foi muito bom, ficou dentro das expectativas e a tendência é aumentar o número de participantes com os próximos cursos, os quais estão sendo transmitidos pela Escola Superior de Advocacia (ESA/MT) em parceria com a Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp)”.



SUBSEÇÕES

OAB/Rondonópolis na posse de novos juízes

O conselheiro estadual da OAB/MT Stalyn Paniago representou a Subseção de Rondonópolis na posse de sete novos juízes, no fórum da comarca. O advogado acolheu os novos magistrados promovidos à Entrância Especial e agradeceu ao desembargador presidente do Tribunal de Justiça, Orlando Perri, por atender a OAB local e os conselheiros estaduais na agilização dos processos de remoção e promoção dos magistrados, permitindo que a Comarca de Rondonópolis tenha todas as suas varas com juízes titulares. Destacou que “a OAB não deixará de cumprir seu papel institucional de criticar ou cobrar melhorias na entrega da prestação jurisdicional, quando necessário, sempre resguardando as prerrogativas profissionais. A Ordem não deixa de elogiar e estimular



ações que visem agilidade e presteza na resolução das lides e coloca-se à disposição para apoiar e tornar-se parceira de qualquer medida que vise o bem estar da sociedade e do próprio Poder Judiciário, desejando a todos sucesso e sabedoria na nova empreitada”.

O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, ressalta que esse era um pleito antigo da Seccional e diversas reuniões foram realizadas com o presidente da OAB/Rondonópolis, Ronaldo Batista Pinto, junto à Presidência do TJMT e também ao Conselho de Supervisão dos Juíza-

dos Especiais para buscar soluções para a falta de juízes e de servidores nas unidades e da demora no andamento dos processos nos juizados. “Essa posse vem trazer um pouco de consolo aos advogados e advogadas que atuam na região, cuja demanda judicial é muito grande”, pontuou.



OAB/Vila Rica requer mais juízes e estrutura

Melhorias para as comarcas de Vila Rica e Porto Alegre do Norte foram alvo de reunião entre o presidente da OAB/MT, Maurício Aude; o presidente da Subseção de Vila Rica, Galeno Chaves da Costa; e o vice-presidente, Rhandell Bedim, com o presidente do Tribunal de Justiça, des. Orlando Perri. A falta de juízes e problemas na estrutura do prédio do fórum preocupam a advocacia local.

Galeno da Costa requereu a criação de mais uma vara cível na comarca de Porto Alegre do Norte, assim como a designação de mais um juiz tanto para a referida comarca como para Vila Rica, que é de segunda entrância, mas está desde 2007 com apenas um magistrado. “Está impossível trabalhar dessa forma já que o juiz da comarca atende a 1ª e 2ª Varas, juizado especial, diretoria do Foro, além da justiça eleitoral. Essa situação se estende desde que o desembargador presidente foi corregedor-geral e nada mudou”.

O presidente da OAB/Vila Rica também solicitou a mudança para o novo Fórum que foi reformado, explicando que o prédio atual está insalubre, com goteiras, janelas quebradas e coloca em risco os servidores e o público. A comarca atualmente recebe mais



de 300 processos por mês e também atende os municípios de Confresa, Canabrava do Norte e São José do Xingu.

O presidente da OAB/MT, Maurício Aude, reiterou o pedido de maior atenção para a região considerada uma das distantes da capital e com muitas necessidades. “A cidade fica a mais de 1.200 quilômetros de Cuiabá, onde atuam 65 advogados inscritos, que precisam ter a prestação jurisdicional eficiente e prestar contas a seus clientes. A diretoria da Seccional continuará a acompanhar esta situação”, pontuou.

O desembargador presidente disse que será necessário aguardar o resultado do concurso para magistratura em andamento para designar novos juízes. Quanto ao fórum, o magistrado ressaltou que é preciso uma vistoria da Coordenadoria de Infraestrutura do Tribunal.

Conselheiro participa de reunião de Comissão de Assuntos Fundiários



O Conselheiro Estadual da OAB/MT, Wilson Maciel, representante da entidade na Comissão de Assuntos Fundiários da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, participou da primeira reunião deste ano de 2014, em Cuiabá. Na reunião a comissão discutiu os atuais problemas fundiários do Estado e as possíveis soluções.

“A Comissão de Assuntos Fundiários, órgão colegiado composto por representantes de segmentos

de suma importância para o Estado, como a Associação de Notários e Registradores - Anoreg, Associação Brasileira de Georreferenciamento - Abrageo, OAB/MT, entre outras, tem evoluído e contribuído cada dia mais para a busca

de soluções para os problemas fundiários no Estado, cujo maior prejudicado é o produtor rural, que há anos enfrenta problemas com a documentação de seus imóveis rurais. Pretendemos neste ano intensificar nossa atuação como repre-

sentante da OAB/MT em busca de soluções rápidas e eficientes através da Comissão de Assuntos Fundiários”.

A Comissão foi criada pela portaria nº 70/2011 para encontrar meios para resolução de conflitos, promover a busca de soluções eficazes e também gerar a interlocução entre outros segmentos do Poder Público com relação a questões fundiárias do Estado e é presidida pelo Corregedor Geral da Justiça, des. Sebastião de Moraes Filho.

(fonte: Daniela Melhorança - Assessoria de Imprensa)



SUBSEÇÕES

Advogados da OAB/Juara doam sangue

O presidente da OAB/Juara, Christian Gasparotto, e o advogado André Rodrigo Schneider visitaram a Unidade de Coleta e Transfusão de Juara, no Hospital Municipal, para um ato humanitário: doar sangue. Eles fizeram a doação visando incentivar aos demais membros da Ordem e a população a fazer o mesmo, numa campanha chamada “OAB Solidária”.

Christian Gasparotto disse que ficou surpreso com a falta de sangue no banco de sangue local, que costuma ter sempre cerca de 70 frascos, mas nessa época está sem estoque. “Esperamos que nossa atitude sirva de exemplo para todos, pois o Banco de Sangue de Juara atende todo o Vale do Arinos. O ato de doar sangue não dói, é saudável e pode salvar vidas”.

Confira calendário de Exames da OAB

O Conselho Federal da OAB divulgou o calendário de provas dos XIII, XIV e XV Exames da Ordem Unificados que serão aplicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2014. Para facilitar o planejamento dos estudantes de direito, a prova objetiva (primeira fase) e a prático-profissional (segunda fase) das três edições dos exames ocorrerão todas até dezembro. O calendário traz as datas em que os editais serão divulgados, os períodos de inscrições e as datas das provas das duas fases.

O coordenador Nacional do Exame de Ordem, Leonardo Avelino Duarte, lembra que esses exames seguem as novas regras, onde será permitido ao examinando fazer o aproveitamento da aprovação da 1ª fase quando reprovar na 2ª fase (prático-profissional), no exame subsequente. “No próximo exame, o candidato poderá fazer novamente a prova prático-profissional, uma única vez”.

XIII EXAME DE ORDEM UNIFICADO

Publicação do Edital de Abertura 27/02/2014
Período de Inscrição 27/02/2014 a 11/03/2014
Prova Objetiva - 1.ª fase 13/04/2014
Prova prático-profissional - 2.ª fase 01/06/2014

XIV EXAME DE ORDEM UNIFICADO

Publicação do Edital de Abertura 20/06/2014
Período de Inscrição 20/06/2014 a 02/07/2014
Prova Objetiva - 1.ª fase 03/08/2014
Prova prático-profissional - 2.ª fase 14/09/2014

XV EXAME DE ORDEM UNIFICADO

Publicação do Edital de Abertura 26/09/2014
Período de Inscrição 26/09/2014 a 09/10/2014
Prova Objetiva - 1.ª fase 09/11/2014
Prova prático-profissional - 2.ª fase 21/12/2014

OAB/VG reforma estacionamento



A OAB de Várzea Grande reformou o estacionamento por motivo de adequação das vagas preferenciais. A presidente da OAB/VG, Flávia Petersen Moretti, comunica a todos os advogados e advogadas que a reforma atende ao previsto no Estatuto do Idoso, Estatuto do Deficiente e a Resolução nº 304/08 do Cotran. “Estamos adequando as vagas do estacionamento da OAB/VG, com vagas especiais a portador de necessidade especial (PNE), aos idosos e gestantes. Assim, teremos um local bem sinalizado e adequado a todos os usuários”, pontuou.

PALESTRAS EM POCONÉ

A OAB de Várzea Grande e a Comissão de Direito Eletrônico (Codel) da OAB/MT realizaram um encontro com advogados de Poconé, para levar orientações sobre o Portal Eletrônico da Advocacia (PEA), Processo Judicial Digital (Projudi) e também sobre o Processo Judicial Eletrônico (PJe). A reunião ocorreu no plenário do Fórum da Comarca. Estavam presentes os membros da Diretoria da Subseção: a secretária-geral, Alexandra Nogueira; a secretária adjunta, Stella Aparecida da Silva e a tesoureira, Ingrid Eickoff, assim como o presidente da Codel, Eduardo Manzeppi, que ministrou as palestras aos advogados. Ele explicou as facilidades do acesso ao PEA, entre elas a economia de tempo, a agilidade por conter todos os principais serviços e links de acessos necessários, além de poder utilizá-lo sem certificação digital. O advogado também esclareceu acerca das alterações do Projudi, da utilização do PJe nos demais estados do país e a atuação da OAB/MT no sentido de acompanhar e propor melhorias nos sistemas.

COMISSÕES PROGRAMAM ATIVIDADES EM VG

A diretoria da OAB/Várzea Grande se reuniu com as Comissões Temáticas locais para programar as atividades para este ano. O encontro contou com a participação de diversos advogados e advogadas integrantes das Comissões de Direito da Mulher, Meio Ambiente, Direito do Trabalho, Defesa das Prerrogativas, dentre outras. “Nosso objetivo é atuar com muito trabalho e transparência e por isso colocamos-nos à disposição para acolher propostas, bem como contamos com a participação de todos na realização dos projetos da subseção”, ressaltou a presidente da OAB/VG, Flávia Moretti. Ficaram definidas algumas atividades do “Março Sempre Mulher 2014”, como Roda de Conversa – “A Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres”; bate papo mensal para a discussão de temas atuais da advocacia; além da feijoada no mês de maio, para angariar fundos para equipar o auditório da subseção; festa junina; reedição das atividades do Projeto OAB/MT 80 Anos, as quais: “A Escola vem à OAB”, “A OAB vai à Escola” e “OAB Cidadania”; além da participação na XXII Conferência Nacional dos Advogados no mês de outubro.

CARAVANA PARA CONFERÊNCIA NACIONAL

A Subseção está organizando caravana da advocacia local para participar da XXII Conferência Nacional dos Advogados que ocorrerá entre os dias 20 e 23 de outubro deste ano no Rio de Janeiro e a Comis-



são de Direito da Mulher (CDM) da OAB/MT já garantiu presença. Toda a coordenação da caravana está a cargo da advogada Lara Cristina de Oliveira Lima, a qual realizará orçamentos para a viagem como, por exemplo, passagens aéreas e hospedagem. “Convidamos todas as advogadas e advogados para participarem desse que será o maior encontro jurídico da América Latina e espera integrar mais de 35 mil pessoas entre advogados, estudantes e profissionais de outras áreas com a realização de inúmeros eventos como palestras, painéis, bate-papos, dentre outros”, ressaltaram a secretária-geral da OAB/VG, Alexandra Nogueira, e a presidente da CDM, Juliana Nogueira.

A XXII edição da Conferência Nacional dos Advogados será realizada no centro de convenções Rio-centro, que abrigará 40 painéis com 160 palestrantes, conferências magnas e bate-papos culturais. Os



pavilhões serão ocupados por cerca de 300 estandes de entidades ligadas ao mundo jurídico. As inscrições para a conferência já abertas. As primeiras vagas custarão R\$ 250 para advogados e outros profissionais e R\$ 125 para estudantes. Haverá descontos para grupos. O telefone da OAB/VG para mais informações é (65) 3026-4278.

REQUISITOS PARA DEPÓSITO RECURSAL

A presidente da OAB/VG, Flávia Moretti, orienta advogados e advogadas que atuam na região a terem atenção quanto à recomendação da Diretoria do Foro da Comarca acerca das diligências pagas. Os requisitos constam do Manual da Central de Mandados. Conforme o artigo 3º do referido manual, os mandados com diligências pagas deverão ser enviados à Central com o comprovante original do depósito, efetuado na conta da Diretoria e com a Guia de Depósito específica, devidamente preenchida. Estão sendo exigidos os seguintes dados:

Parágrafo Único. A via única da guia de depósito de Diligência do Oficial de Justiça, constante do anexo I, conterá os seguintes campos:

- a- número da agência bancária;
 - b- número da conta da Diretoria;
 - c- número do processo e da Vara;
 - d- nome das partes;
 - e- valor da diligência a ser depositada, observando a tabela vigente;
- autenticação da matrícula do Oficial de Justiça.

SUBSEÇÕES

Em caso de violação de prerrogativas, ligue para TDP

Uma das metas da atual gestão da OAB/MT é não transigir no que diz respeito à violação das prerrogativas profissionais. Assim, o Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB/MT, presidido pelo advogado Luiz da Penha, mantém um celular de plantão para atender as emergências relativas à defesa das prerrogativas em Cuiabá e em todo o Estado. O número do plantão do TDP é (65) 9239.1000.

O TDP é composto por um membro de cada subseção, responsável por estreitar o relacionamento e intermediar na resolução



de eventuais problemas enfrentados pelos advogados. E objetivo para 2014 é criar comissões nas 29 Subseções para que em todos os polos do Estado haja representantes prontos a atuar de forma institucional.



Presidente da OAB/Diamantino compõe GGI

O presidente da OAB/Diamantino, Gildo Capeleto, foi eleito secretário executivo do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) de Segurança Pública do município em evento que ocorreu no Plenário da Câmara Municipal e contou com a participação de representantes do poder público e da sociedade civil. O ex-presidente da subseção e atual conselheiro estadual pela OAB/MT Celito Bernardi também prestigiou a cerimônia. Em seu pronunciamento, o advogado ressaltou que a OAB/Diamantino expediu cerca de 50 ofícios às empresas do município para angariar recursos para a aquisição de câmeras de segurança e, consequentemente, a instalação do sistema de segurança. O município tem condições para adquirir 10 câmeras e uma central, mas é necessário o dobro para atender toda a cidade. A implantação do GGI em Diamantino será a 32ª no Estado para facilitar ao município o aporte de recursos federais para o melhoramento da segurança pública.

OAB/Sinop disponibiliza telefone de plantão de prerrogativas



Os advogados e advogadas que atuam na região da OAB/Sinop e que tiverem suas prerrogativas violadas poderão entrar em contato com a Comissão de Prerrogativas da Subseção de Sinop por meio dos telefones de plantão (66) 9982-8405 e (66) 9614-6400. De acordo com o presidente da comissão local, Fábio Cavina, a assistência é 24 horas. “Os telefones sempre estarão com um dos membros da Comissão que prontamente atenderá a necessidade do profissional. Entre as principais reclamações está o impedimento de acesso aos autos de um processo e da comunicação com seus clientes. É preciso que o advogado faça valer suas prerrogativas e perceba que está amparado pela Ordem”.

As prerrogativas

dos advogados estão previstas na Lei Federal nº 8.906/94 em seus artigos 6º e 7º, que garante o direito de exercer a defesa plena de seus clientes, com independência e autonomia, sem temor do magistrado, do representante do Ministério Público ou de qualquer autoridade que possa tentar constrangê-lo ou diminuir o seu papel enquanto defensor das liberdades. O presidente da OAB Sinop, Felipe Guerra, ressaltou que prerrogativas não devem ser confundidas com privilégios. “As prerrogativas apenas estabelecem garantias

para que o advogado possa exercer sua função como legítimo representante de seu cliente. É espantoso como algo tão bem explicado e claro na legislação ainda sofra tantas violações. Por isso é essencial que a Comissão e toda a Ordem se empenhem na defesa das prerrogativas”. (Fonte: Suzana Machado/BW Comunica)

Primeira entrega de certidões - A Subseção realizou a primeira entrega de carteiras e certidões a advogados e estagiários. Ao todo, 37 profissionais receberam o documento. Para o presidente

Felipe Guerra, “quem é advogado sabe o que significa. Trata-se, na verdade, do momento áureo de uma longa caminhada de estudos e preparação. Para os estagiários, as carteiras demonstram que se avizinha o momento de também tornarem-se advogados”, declarou. Ainda durante a cerimônia foi entregue o contrato de convênio com a escola de idiomas Fisk. A parceria prevê desconto de 30% nas parcelas das turmas regulares, 15% para as turmas personalizadas e 12% nas aulas vips, segundo a tabela de valores da empresa.



CGJ oficia diretor do foro para garantir assento a estagiário

Em setembro do ano passado um acadêmico de direito foi impedido por uma juíza de sentar à mesa de audiência de instrução em um processo que atuava como estagiário e, diante disso, as diretorias da OAB/MT e do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) pediram providências junto à Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) no sentido de orientar os magistrados a não praticarem tal conduta. A CGJ informou a Ordem que oficializou o juiz diretor do foro de Várzea Grande para que adote

as medidas necessárias para o cumprimento do direito de assento dos estagiários na comarca.

“É importante que atitudes como essa não voltem a acontecer, pois o estagiário, desde que devidamente inscrito nos quadros da Ordem e acompanhado de advogado e sob responsabilidade deste, tem o direito de praticar qualquer ato processual. Torcemos para que esse tipo de conduta não volte a acontecer, mas se isso ocorrer, estamos prontos para garantir a defesa das prerrogativas dos advo-

gados e estagiários”, enfatizou o presidente da Seccional, Maurício Aude.

O desembargador corregedor, em seu despacho, reconheceu esse direito previsto no Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei Federal 8.906/94, no artigo 3º, § 2º). Conforme o acadêmico, ao abrir a audiência, a magistrada perguntou se era estagiário e, ao afirmar positivamente, ela pediu para que se retirasse da mesa por considerar que somente o advogado poderia permanecer no local.



118m²
ÁREA PRIVATIVA REAL

3 QUARTOS
SENDO UMA SUÍTE

2 VAGAS
GARAGEM

Diferenciais

4 aptos por andar
Lazer completo com 2.000m²
Qualidade no acabamento
Projetos com melhor distribuição
Churrasqueira na sacada



EM BREVE APARTAMENTO DECORADO

Atrás do Clube Monte Líbano,
fácil acesso ao Centro Político
Rua Dr. Santo Scaravelli, 157

Informações e Reservas:
e-mail: imobiliariaimpacto@gmail.com
site: www.guanaconstrutora.com.br
facebook: Guaná Construtora

Fale conosco:
3631-1101
8403-2453

GUANA
ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO